



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 143

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 143

133ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva..... 02

Presenças..... 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Requerimento..... 03

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 03

Dep. Elio Rusch 05

Dep. Caíto Quintana 09

Dep. Nelson Justus..... 11

Dep. Péricles de Mello..... 12

Dep. Pastor Edson Praczyk..... 12

Dep. Luiz Claudio Romanelli 14

Grande Expediente:

Dep. Elio Rusch 05

Dep. Jocelito Canto..... 16

Dep. Marcelo Rangel 18

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati.....03

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch07

Liderança do PMDB

Dep. Caíto Quintana09

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk..... 13

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 14

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 19

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 19

Discussão/Votação

Redação Final20

3ª Discussão21

2ª Discussão21

1ª Discussão21

Requerimentos23

Encerramento da Sessão23

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias24

Portarias DAT25

DIÁRIO Nº 143

133ª SESSÃO ORDINÁRIA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 133ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
27 DE NOVEMBRO DE 2008**

(quinta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

Presenças:

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães,

Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Professor Luizão, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri e Waldyr Pugliesi (28).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Chico Noroeste, Ademmar Traiano, Beti Pavin, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Edgar Bueno, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Plauto Miró, Ribas Carli Filho, Teruo Kato e Valdir Rossoni (23).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Luiz Eduardo Cheida e Stephanes Júnior (02).

Em licença médica o Sr. Deputado Luiz Accorsi (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimento

REQUERIMENTO Nº 3605

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 864, item 06, por 05 (cinco) Sessões.

Sala das Sessões, em 27/11/08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tenho impressão, por causa do horário de verão, que muitos colegas confundem o horário e acabam não chegando no horário certo para poder participar desta Sessão.

Enquanto não chega o recesso, entendemos que é dever de cada Parlamentar comparecer aqui. Cada um com seu sistema de trabalhar, de representar o povo. Têm aquele que não é um bom tribuno, mas atende bem o Prefeito, a sua base eleitoral, fazendo encaminhamento nas Secretarias, nos órgãos públicos. Outros são melhores na tribuna, outros têm mais vocação nos trabalhos das Comissões desta Casa, que é um trabalho muito importante, de alto interesse para a Casa e para os paranaenses.

Então, é dever, no mínimo, comparecer para prestar o nosso trabalho em respeito a quem nos mandou para cá e até quem também não votou. Porque quem acompanha os trabalhos da Assembléia Legislativa independente de ter votado em mim ou outro Deputado, em respeito a todo povo do Paraná, é nossa obrigação comparecer aqui e trabalhar. Defender os interesses do povo paranaense.

Em nome do Líder do nosso partido, Deputado Duílio Genari, da Deputada Cida Borghetti, do Deputado Ney Leprevost, a solidariedade ao povo de Santa Catarina. Mais lamentável ainda é aquilo que a imprensa tem mostrado, que têm projetos que poderiam ter evitado toda essa tragédia de Santa Catarina. Projetos elaborados há mais de 20 anos e que, simplesmente, estão engavetados.

Então, de quando em quando teremos que conviver com essa tragédia, pela incompetência ou pela falta de boa vontade das nossas autoridades. Há 20 anos que os projetos estão prontos. Claro, não evitaram 100% da tragédia, mais diminuiriam muito sim, porque com a tecnologia seria capaz de proporcionar um nível de segurança muito maior do que hoje muitas regiões do Brasil oferecem ou deixam de oferecer aos cidadãos.

São autoridades do passado, e quero crer algumas do presente, que não colocam em prática a execução de importantes obras públicas que poderiam evitar essas tragédias, que têm vitimado tanta gente em Santa Catarina, como também em outras áreas do Rio de Janeiro.

Por último, Presidente, já que estamos chegando no final do ano, sabemos da paixão que tem o Deputado Nelson Justus, o amor com que conduz esta Casa de Leis. Tanto é verdade que V. Exa. vai ter, na segunda-feira, uma das reeleições mais tranquilas da história desta Assembléia Legislativa, pela competência, pela dedicação, pelo zelo a esta Casa, e pelo respeito que Nelson Justus tem demonstrado para com o povo do Paraná. Também o próprio Deputado Alexandre Curi, que é o braço direito do Nelson Justus. Então, parabéns pela tranquilidade desta reeleição!

Sinceramente, é o quinto mandato nosso aqui na Assembléia Legislativa, mas já cheguei a participar de eleição de Mesa aqui em que um Deputado fugiu com a urna, porque programaram um resultado e, quando alguém reclamou a conferência, que o resultado não estava certo, um determinado Deputado sumiu com a urna. Até hoje estamos procurando a urna para conferir se o resultado foi ou não foi aquele programado. Agora não, esta paz, esta tranquilidade. É bom para a Assembléia, é bom para o Paraná, é bom para os paranaenses essa tranquilidade com que o Presidente Nelson Justus vai ser reeleito o comandante desta Casa.

Uma das preocupações do Presidente desta Casa, nossa preocupação também, é com essa crise que está rondando o planeta Terra e já chegou no nosso Brasil. O Lula, no começo, dentro do papel que lhe cabe como Presidente, tentou despistar de que aqui não teria crise, chegou até fazer brincadeira, fazer chacotas, mas hoje estamos diante de uma realidade. A crise já chegou em Curitiba Londrina, Ponta Grossa...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. passa a usar o horário do PP.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

O SR. ANTONIO BELINATI

Muito obrigado, nobre Presidente.

Então, a crise chegou em todas as cidades do Paraná, chegou no Brasil. Estamos vendo, com tristeza, lojas não vendendo quase nada. O mercado de automóveis é o que mais sofreu. Eu conversei com pessoas que têm banca em feira, vendendo produtos que a própria pessoa fabrica, e a pessoa se queixando que as vendas caíram totalmente. Caiu a venda de bijuterias, de automóveis. Caiu a venda no supermercado. Tem gente que vai dizer: “Bom, eu não sou empresário, eu não sou dono de indústria, que se dane! Não estou nem aí!” Espera aí, não é assim não! Quando há uma crise, cai a bolsa lá da Tailândia, da Austrália, do Japão, da China, do outro lado do planeta Terra, a paulada atinge a nós que estamos aqui.

Não sou investidor, não tenho ação de empresa nenhuma, não conheço em detalhes como funciona esse jogo do mercado financeiro, mas uma coisa eu aprendi: quando bate uma crise, até do outro lado do planeta, arre-benta aqui em cima, inclusive do pequeno. É do grande, do médio empresário, é do trabalhador, é do desempregado que vai continuar sem arranjar emprego. Quando o país mergulha numa crise, ou até o planeta Terra, o que acontece? Não tendo venda, a venda caindo, a indústria vai produzir menos, conseqüentemente, o dono da indústria vai ganhar menos dinheiro, vai pôr menos dinheiro no bolso, e se ele está ganhando menos dinheiro, está produzindo menos, porque não está tendo venda, e ele vai acabar demitindo, reduzindo seu quadro de operários da fábrica.

Daí vem o proprietário da loja, o lojista. É a mesma coisa. É uma corrente. Se sua loja está vendendo menos por causa do efeito da crise, o lojista, às vezes, vai se enterrar em dívida no banco, em duplicata, até em agiota. Ele ganhando menos, vai ganhar menos dinheiro, vai passar apuro, aperto, vai entrar em crise até emocional. Seu vendedor, sua vendedora que ganha comissão, conseqüentemente, também vendendo menos, vai pôr menos dinheiro no bolso, vai levar menos dinheiro no final do mês para sua casa, vai se enterrar mais ainda em dívida. E aí vai formando aquela bola! E se a loja está vendendo menos, o balconista está ganhando menos, o dono da loja está ganhando menos, está demitindo também, reduzindo o quadro de vendedores. Se o problema começa na própria fábrica, atinge também na ponta da linha o consumidor. O consumidor, em função da crise, está comprando menos comida, está se apertando cada vez mais.

Daí, tem aquela velha e tradicional sugestão para o pessoal que vai receber o 13º salário, quem puder, quem for inteligente, que procure mais do que comprar presentes nas lojas e se enterrar mais ainda em dívida, que procure pagar o que está devendo, porque na continuidade dessa crise, não sabemos até onde ela vai, qual é a sua extensão, quando vai parar, quando vai voltar o clima otimista, quando vai voltar a prosperidade.

Então, queremos, neste período em que já estamos com o espírito natalino, rogar que Deus abençoe o Mundo, abençoe o nosso Brasil, os nossos empresários, os trabalhadores, o nosso povo, porque não há dúvidas que com o agravamento dessa crise, principalmente o pequeno vai perder o emprego, infelizmente, uma grande parte vai perder o emprego. E se a vida já é difícil para quem está trabalhando, eu fico imaginando o pai de família ou a mãe de família, ou o jovem, chega de manhã à loja e recebe o comunicado de demissão em função da crise. Se trabalhando, já é um apuro, já é um aperto, já é uma dificuldade, daí então imaginarmos quando a pessoa perde o seu emprego!

Não vamos nos encantar, não vamos nos deixar ser tomados por essa euforia de período de Natal, porque vem janeiro, mês de IPTU, mês de IPVA, mês de tantas coisas, e mês, inclusive, que tradicionalmente as lojas enxugam o seu quadro de funcionários. No mês de dezembro elas aumentam os seus quadros de funcionários e em janeiro vem a degola.

Então, a prudência deve ser grande por parte de todos e, acima de tudo, que Deus permita que o Brasil supere logo essa dificuldade. A crise não é boa para ninguém. Não vamos colocar na cabeça que não somos agricultores pensando que se a agricultura não estiver bem, que se dane. Não, porque se a agricultura não está bem, é ruim para nós que estamos na cidade. Se a situação do empresário, do lojista, do investidor, não está boa, é ruim para a classe trabalhadora, é ruim para a população de um modo geral.

Então, o grande presente de Natal que queremos pedir ao nosso amigo Jesus, nosso melhor amigo, nosso único Senhor e Salvador, é que ele continue derramando chuvas de bênçãos e iluminando o Presidente Lula, seus Ministros, a sua equipe de Governo; o Governador Roberto Requião, a sua equipe de Governo; os Prefeitos e seus Secretários; os Deputados; os Senadores; Vereadores; as autoridades; e os brasileiros de um modo geral, para que possamos, logo, logo, ter o nosso país e ter o nosso Mundo no caminho da prosperidade, sem crise, e cada um podendo viver com o fruto do suor do seu abençoado trabalho. Que Deus abençoe a todos! Muita prosperidade a todos!

Parabéns, Deputado Nelson Justus, e Deputado Alexandre Curi, por essa tranquilidade na reeleição do comando desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência, com satisfação, registra, a pedido do Deputado Elio Rusch e do Deputado Duílio Genari, a presença do Prefeito eleito de Tupãssi, o Carlinhos Mariussi, acompanhado do seu Vice-Prefeito, Airton Cai-eiro e o Vereador Gilberto Fernandes. Sejam bem-vindos a esta Casa. É uma honra e parabéns pela vitória e pela alta representatividade que V. Exas. têm aqui dentro da Assembléia Legislativa. Felicidades!

Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Uso o horário do Pequeno Expediente, para que fique nos Anais desta Assembléia Legislativa, o registro da última Audiência Pública que tivemos na noite de ontem, na Associação Comercial do Paraná. Com a presença do Presidente, Deputado Nelson Justus; do Deputado Durval Amaral, Presidente da CCJ. O Presidente Nelson Justus e o 1º Secretário Alexandre Curi têm participado de todas as Audiências Públicas, que foram realizadas em relação a esse projeto tão polêmico, que está tramitando nesta Casa. A 1ª audiência aconteceu na cidade de Cascavel, depois em Foz do Iguaçu, Guarapuava, Ponta Grossa, Londrina, Maringá. Ontem, nesta Audiência Pública, tivemos a presença de diversos Parlamentares, sempre liderados e coordenados pelo Presidente Nelson e pelo Presidente da CCJ, Deputado Durval Amaral. Foi registrada também a presença do Secretário da Fazenda, Sr. Heron Arzua, com toda sua equipe técnica, Nestor Bueno, do Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, de todas as entidades que representam os mais diversos segmentos, como a FIEP, FACIAP, Associação Comercial do Paraná, FECOMÉRCIO e também dos segmentos dos setores produtivos do nosso estado. Tivemos a oportunidade de ouvir nessa Audiência a explanação do Governador do Estado e destes acima citados. Cada um expressou da sua forma o que eles acham desta reforma tributária.

O que percebemos em todas essas Audiências Públicas foi que ninguém tem se manifestado contra a redução da alíquota, que até é uma questão normal. Porque a sociedade do Brasil está cansada de pagar os altos impostos. O nosso país é o que mais pega tributos. Quarenta por cento do PIB, hoje, são de impostos, taxas e tributos. De cada R\$ 100 que produzimos no nosso país, 40% é imposto. Deu para perceber que a grande parte, a grande maioria, senão oficialmente, ao menos na conversa, tem se manifestado contra a elevação da alíquota.

Sabemos que temos a Lei de Responsabilidade. Quando há renúncia fiscal, esta deve ser compensada, através de um outro setor, um outro segmento. Percebemos, ontem, que aumentar a carga de determinados bens de serviço, que são essenciais para a nossa economia, como é o caso da energia, do telefone e da gasolina, para que possamos produzir cada vez mais. Temos percebido através dessas entidades. Há alguém que disse, ao longo dessas Audiências Públicas, que a Assembléia Legislativa, de forma democrática, foi ao encontro da nossa população no estado do Paraná. Isso é um marco histórico que tem que ficar registrado também aqui no Parlamento do estado do Paraná, a forma dinâmica como a atual administração está conduzindo os trabalhos, fazer com que a sociedade possa participar através dessas Audiências Públicas.

Passa a usar o horário do Grande Expediente

Quero dizer que essa transparência começou com a TV SINAL, para mostrar para a sociedade do Paraná a atuação dos Parlamentares e o que efetivamente a Assembléia está votando aqui na Casa, acompanhar a votação de cada Parlamentar através do painel eletrônico que também foi instalado pelo Presidente, Deputado Nelson Justus, pelo 1º Secretário Alexandre Curi, pela Luciana Rafagnin, nossa 2ª Secretária e por extensão toda Mesa da Assembléia Legislativa. Isso tem que ser reconhecido e foi enaltecido por diversas entidades, nas mais diversas regiões onde estivemos agora, em relação a esse projeto da reforma tributária.

Particularmente entendo e tenho deixado claro em todas as Audiências Públicas a crise que hoje abala o mundo. Os Estados Unidos, a maior potência econômica do Mundo, está em recessão, vive uma crise! Tanto é que na eleição do Obama, agora, ele está preocupado com a crise. Ontem foi formada a primeira equipe buscando pessoas de notório conhecimento na área econômica mundial. Eles estão preocupados, tanto os republicanos que perderam a eleição como os democratas que venceram a eleição nos Estados Unidos! O Mc Cain, que perdeu a eleição, falou, passada a eleição: “Temos que pensar nos Estados Unidos.” Quer dizer, através dessa declaração os Estados Unidos deram uma lição de democracia para o Mundo. Há o período eleitoral e há o período administrativo, e todos são cautelosos nos Estados Unidos, os grandes partidos, republicanos e democratas.

Na semana passada o Japão, que é a segunda maior economia do Mundo, o próprio Governo japonês reconheceu que há recessão, a recessão também chegou lá no Japão. Aqui no Brasil todos os economistas já afirmaram que vamos sentir os reflexos em maio, junho, a partir do ano que vem, aí que a sociedade brasileira vai sentir, efetivamente, os efeitos dessa crise mundial que se estabeleceu hoje no nosso planeta.

Por essa razão, entendo que nós Parlamentares e o Governo do Estado do Paraná devem ter, neste momento, muita cautela, mesmo porque está se votando no Congresso Nacional a reforma tributária. Ora, já passou na Comissão Especial, alguns Deputados do Paraná participaram da votação, Deputado Ricardo Barros, Deputado Eduardo Sciarra, Deputado Rodrigo Rocha Loures, Deputado Gustavo Fruet que foi sempre um grande defensor da Justiça Tributária no nosso país, principalmente em relação à imunidade, ou seja, a isenção do pagamento do ICMS para os estados exportadores.

A energia que é produzida num estado, ou mesmo os estados produtores de petróleo, e nós exportamos energia, o ICMS não incide para os estados produtores, porque o ICMS é cobrado na ponta. Nós já falamos muitas vezes é que se há uma injustiça é em relação a energia elétrica. Nós perdemos as nossas terras, nós geramos a energia elétrica, exportamos para São Paulo, Minas Gerais e outros estados, lá a energia gera desenvolvimento, lá são aquecidas e movimentadas as indústrias que, por sua vez, agregam valores na produção da matéria-prima que é transformada em produtos. Lá as indústrias geram empregos, geram impostos para os estados e o mais grave, lá eles cobram o ICMS na ponta e ficam com 100% do ICMS da energia elétrica naqueles estados e os estados produtores não ganham um centavo.

Quer dizer, o Paraná, tenho feito um cálculo das terras que foram alagadas no estado do Paraná e nós produzimos, com essas terras, 131 milhões de megawatts, sendo que o Paraná consome 25 milhões e exportamos 106 milhões de megawatts - isso ao preço de R\$ 40 cada megawatt, daria uma receita de R\$ 9 bilhões. E se fosse aplicado na energia elétrica e no petróleo, a alíquota que é aplicada em todos os produtos e em todas as mercadorias na interestadual, que é de 12%, o Paraná poderia estar recebendo R\$ 1,2 bilhão por ano, mas como existe essa isenção - que é constitucional - para os estados produtores da energia elétrica ou do petróleo na exportação, não recebemos nada. Mas, foi aprovado, ao menos na Comissão, que em 2% os estados produtores iriam ser creditados. Mas, quando isso será implantado, ninguém sabe. Agora, o que mais poderá vir nessa reforma?

Vão unificar as alíquotas do ICMS no Brasil inteiro. De repente, vamos ter um desgaste muito grande para os Deputados, independente de quem vota a favor ou contra, porque quem votar a favor dessa reforma tributária do Governo está favorecendo algum segmento e prejudicando outros, e quem votar contra está favorecendo alguns e prejudicando os outros. É como aquela frase: se você correr o

bicho pega e se para o bicho come. E o pepino está nas mãos dos Deputados. Talvez devamos aperfeiçoá-lo, apresentar emendas ou reduzir a carga tributária, porque há também entidades que levantaram e economistas que afirmaram que se reduzir a alíquota do ICMS nesses produtos de consumo, vai aumentar a venda, e aumentando a venda, automaticamente, também teríamos uma receita maior, desde que isso seja passado também para a ponta.

Os setores que serão beneficiados nessa reforma tributária afirmam que vão repassar, mas o Governo do Estado não tem nenhum mecanismo, e o próprio Secretário deixou claro ontem que o Governo do Estado não dispõe de mecanismos para fiscalizar que a redução da alíquota de 18 para 12% chegue ao consumidor. O Governo aposta, como disse muito bem o Deputado Romanelli, que a economia de mercado vai regular o preço, que a concorrência vai forçar a baixa desses preços.

Então, é isso que temos que saber. Agora, é como o Deputado Nelson Justus já disse, que não é uma questão de partido, não é uma questão de Governo ou Oposição, mas é questão do estado, é uma questão que deve ser analisada com total imparcialidade, seja Situação ou Oposição, e temos que respeitar a posição de cada um. Temos que respeitar! Temos que respeitar as pequenas e microempresas. Se o Governo fez um bom projeto e enquadrou no SIMPLES, que hoje temos o SIMPLES Nacional, se ele fez esse projeto, isso foi enaltecido por todos os empresários, que em todas as Audiências reconheceram isso, mas como eles também afirmam agora que, com essa reforma tributária, não terão benefícios, pelo contrário, eles terão a sua carga elevada, terão sua carga aumentada no ICMS da energia, da comunicação, do combustível, enfim, dos outros produtos de bens de serviço.

Então, neste momento temos que ter muita cautela. Acho que temos que ter todo o cuidado. Agora, tenho certeza que a Comissão de Constituição e Justiça, através do seu Presidente, Deputado Durval Amaral, haverá de juntar todas as idéias que surgiram, e não é só aquele trabalho da Associação Comercial de Maringá que defende o projeto favoravelmente, como também existem outros estudos que foram levantados ontem pelo Secretário Heron Arzua e também existem as sugestões e as manifestações que são contra e isso também tem que ser considerado. Há alguém que diz que tem que ter uma cláusula, um artigo que salvguarde os empresários que tenham prejuízo.

Tudo isso tem que ser analisado. Uma coisa não concordo, e a nossa posição foi de respeito a todos. Não posso concordar com o Governador Roberto Requião e nem com o Secretário Heron Arzua. Não vamos aumentar o ICMS sobre energia elétrica e vamos aumentar a energia elétrica. Espera aí, a COPEL é uma sociedade de economia mista. O dinheiro da COPEL tem contabilidade própria. O Tesouro do Estado tem a sua receita através dos impostos. É totalmente diferente. Não pode o Governador e nem o Secretário dizer que não vai aumentar alíquota da energia e vai aumentar o preço da energia, já que a COPEL não teve aumento, o aumento está congelado. São coisas bem distintas.

Essa justificativa não convence. Não me convenceu, porque a COPEL é uma e o Tesouro do Estado é outro. E se tiver aumento da energia elétrica vai para o caixa da COPEL.

Passa a usar o horário da Liderança do DEM.

Vamos discutir isso ainda. Agora vem para as Comissões, vem para o Plenário, onde vão surgir os grandes debates e as emendas serão apresentadas, com toda certeza.

Faço esse registro para dizer que foi importante esse trabalho que a Assembléia Legislativa fez, ir ao encontro dessas Audiências Públicas. As entidades todas ficaram sabendo aquilo que estava acontecendo.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Estou acompanhando atentamente o seu pronunciamento. A preocupação da Bancada da Oposição e de todos os Parlamentares desta Casa, é uma preocupação legítima, porque o projeto é polêmico. Precisamos apresentar muitas emendas. Existem setores a favor e setores que são totalmente contra essa minirreforma. Nós, Parlamentares, somos contra qualquer tipo de aumento de carga tributária, principalmente no momento de crise que se estabelece em todo Mundo. Precisamos fazer todos os estudos possíveis a respeito desse projeto de lei, para que não incorramos em erro.

Deputado Elio Rusch, estamos tendo variação do dólar. E os produtos que possuem, como tabela, a referência do dólar, muitas vezes não caíram de preço no Brasil. Se baixarmos a alíquota de alguns produtos necessários, será que esses produtos vão baixar de preço nas prateleiras? O que sei é que os produtos terão um acréscimo devido à alíquota da energia elétrica, porque todo mundo paga energia elétrica na hora, assim como o telefone e também o combustível. Isso tenho certeza.

Agora, ninguém me garante que os produtos vão baixar de preço. Não existe nenhuma garantia de que os produtos, realmente, vão baixar de preço. Esses produtos que vão receber uma diferenciação da alíquota, esses produtos considerados de necessidade.

Então, tenho minhas dúvidas, estou fazendo as análises e já tenho algumas emendas. Uma das minhas emendas é justamente com relação à energia elétrica, Deputado Elio Lino Rusch. Gostaria que a energia elétrica não tivesse a alíquota majorada. Acho que é importante batermos o pé para que esse tributo, esse imposto não suba no estado do Paraná.

Era isso, Sr. Deputado. Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço.

Deputado Nelson Justus, na verdade, tenho outro assunto e queria me inscrever no horário da Liderança do

Democratas. Então, já uso o horário do Democratas, agora, para que eu possa falar sobre um outro assunto. É sobre os famosos portos de Paranaguá e Antonina. Infelizmente, Srs. Deputados, devemos usar este expediente para discorrer aqui, para que a verdade seja restabelecida.

Há quantos anos nós, Deputados da Oposição, estamos denunciando o descaso com o porto de Paranaguá? Ora, é uma questão administrativa! Foi sobre a dragagem, Deputado Reni Pereira, foi sobre a sinalização, foi sobre a logística, foi sobre o armazém, foi sobre a limpeza, foi sobre a contratação. Tudo isso foi levantado. “N” questões foram levantadas pelos Deputados da Oposição. Um dos motivos estimulou o próprio Deputado Valdir Rossoni a entrar com uma ação popular na Justiça para impedir a licitação. Não que sejamos contra. Pelo contrário, queremos que funcione, mas dentro da legalidade. Tem que ser respeitada a legislação, principalmente a legislação ambiental, que não estava sendo cumprida. Como é que você vai licitar uma obra se você não tem a licença ambiental? Isso não é possível! Não é concebível que um órgão do Governo do Estado vá fazer uma licitação sem a licença prévia! Quer dizer, qualquer pessoa faz a licitação, ganha a empresa, a pessoa entra na Justiça e derruba. É com base nisso que a Justiça determinou o cancelamento e pediu as explicações, por meio da decisão que aconteceu no dia 19, Deputado Romanelli.

O que quero levantar, também, é a questão de uma trajetória. Olha, vamos dar uma olhada. No dia 5 de junho de 2006, a Capitania dos Portos de Paranaguá suspendeu a navegação, no período noturno, no Canal da Galheta. No dia 10 de junho foi revogado e voltou a operar novamente, porque corrigiram as falhas. No dia 21 de janeiro de 2008, novamente, a Capitania dos Portos suspendeu a navegação lá em Paranaguá. Não entra e não sai navio. A APPA, imediatamente, corrigiu as falhas e voltou a operar. No dia 18 de fevereiro, a navegação noturna voltou a ser proibida pela Capitania dos Portos. Por quê? Por falta de manutenção, por falta de cuidado, pelas falhas que acontecem no porto. No dia 27 de fevereiro deste ano, voltaram a operar, novamente, os navios no porto de Paranaguá, no período noturno.

No dia 24 de novembro, agora, esta semana, Deputado Reni Pereira, a Capitania dos Portos, por meio da Portaria nº 102, suspendeu novamente a navegação lá no porto de Paranaguá, no período noturno. Isso foi no dia 24, dizendo que havia problemas em algumas bóias de sinalização no Canal da Galheta. Ora, proibiu. Está proibido até hoje. Aí o Governo do Estado, no seu site, o porto de Paranaguá afirma que, realmente, há alguns problemas de deslocamento das bóias nºs 4 e 5. Reconhecido e está no site aqui do porto de Paranaguá e também na Agência de Notícias, dizendo que realmente há um deslocamento das bóias, mas isso será corrigido.

Srs. Deputados, está no site também, e mandamos uma correspondência com data de ontem, dia 26, para o Superintendente do Porto de Paranaguá, o Daniel Lúcio Oliveira de Souza, para que nos informe a data que a Marinha noticiou e notificou os operadores das falhas existentes.

Vejam, Srs. Deputados, o site do Governo e do porto de Paranaguá noticiaram que há falhas nas bóias nºs 4 e 5. Ora, está aqui no mesmo site, vejam a contradição que existe. O Governo tem que ser mais transparente, é um aviso que a própria Marinha deu para os operadores. E daí, fizemos um ofício: “Sr. Superintendente, considerando que constam diversas outras discrepâncias em relação à sinalização náutica da região, como publicado na internet pela Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha”. Está no site, Deputado Romanelli, problemas na bóia nº 5, deriva, a bóia nº 5 está à deriva. A bóia nº 4 está desaparecida, como diz a nota do Governo. Tem a bóia cega CS, que está desaparecida. A bóia de luz nº 30 está apagada. A bóia de luz nº 7 está apagada. A bóia de luz nº 5 a luz não é confiável e avariada. A bóia de luz TECON norte está apagada. Então, tudo isso quem comunicou foi a Marinha, comunicou aos operadores. E aí o Governo do Estado vem dizer que apenas existem problemas nas bóias nºs 4 e 5! E para que não tenhamos dúvida nenhuma, é por essa razão que enviamos o ofício para o Superintendente do Porto de Paranaguá, para que nos esclareça quando acontecem esses avisos que estão em nossas mãos e que estão na internet.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Deputado Elio Rusch, eu, claro, depois vou usar o horário da Liderança para poder, inclusive, responder a V. Exa. em uma série, porque V. Exa., de fato, está fazendo um pot-pourri de uma série de temas nesse pronunciamento de quinta-feira.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

São dois temas: um foi das Audiências Públicas e o outro foi do porto. Esse do porto, estou trazendo porque fiz ofício.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Eu falo isso no bom sentido, porque V. Exa. está sempre estimulado, motivado, e isso é importante.

Deputado Elio Rusch, quero dizer o seguinte: temos que reconhecer, olha, V. Exa. sinceramente, ou nós vivemos em estados e países diferentes, ou então alguma coisa errada há. Eu disse que o porto de Itajaí, em função da tragédia que se abateu sobre o litoral catarinense, claro, por conta de que lá não tem Serra do Mar, adentrou por todo o vale do rio Itajaí até Blumenau, toda uma região que foi profundamente atingida. Da mesma forma que foi atingindo o estado de Santa Catarina, foi também em menor intensidade o litoral paranaense. Olha, a própria Capitania dos Portos, ou seja, o que aconteceu é que uma das bóias, a bóia nº 04, para vocês terem a idéia da violência das marés e de tudo o que aconteceu no litoral no último final de semana, essa bóia foi encontrada na praia de Matinhos. Por que a Capitania suspendeu até que se recoloca? Por que não foi

recolocada, não foram feitos os ajustes no sistema que possibilita a navegação no túnel do Canal da Galheta? Por conta das más condições atmosféricas. Olha, está melhorando o tempo. V. Exa. vai ter que ler na segunda-feira que está funcionando normalmente a navegação no túnel do porto de Paranaguá.

O porto de Itajaí, V. Exa., aliás, sempre fala tanto do porto de Itajaí, é um grande adepto, está fechado e vai ficar fechado por muito tempo, porque ele foi praticamente destruído. Não está tendo navegação noturna por conta de um efeito climático e não pelo desmazelo ou por qualquer outra razão. Fui investigar isso e já vi. V. Exa. está equivocado neste aspecto. Este é um problema meteorológico.

A iluminação será restabelecida. V. Exa. subirá à tribuna, na segunda-feira, e vai dizer que está funcionando normalmente a navegação noturna, em Paranaguá, porque está tudo restabelecido. Tão logo voltem as condições para poder fazer a manutenção, será feita, e será resolvido. Entendo que V. Exa., às vezes, insiste em uma coisa, que sinceramente não tem cabimento.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Não é apenas nas bóias nºs 4 e 5. Passo a vossas mãos, depois, a cópia do ofício que mandamos para o Superintendente do Porto de Paranaguá. Não é o Deputado Elio Rusch que diz. Quem disse isso aqui foi a Capitania dos Portos do Paraná, que é da Marinha. Esta aqui no site, na internet, hidrografia e navegação da Marinha, que foi comunicado uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete vezes aos operadores. Estamos pedindo quando aconteceram esses comunicados - o problema da iluminação e da sinalização no porto de Paranaguá, nos parece que não é apenas nas bóias nºs 4 e 5 - para que a APPA, a Superintendência nos possa informar quando surgiram essas codificações, esse comunicado. O problema surgiu antes das intempéries de Santa Catarina - essa portaria é do dia 24, de segunda-feira. Para que não venhamos a incorrer em um erro, temos que buscar esclarecimento, para que esta Casa seja esclarecida.

Vejam o prejuízo! Quanto cobra um navio, por dia, que não pode atracar no porto, que não pode sair? Está proibida a navegação no período noturno desde segunda-feira e até hoje não foi restabelecido. Quanto tempo leva um navio para carregar ou descarregar uma carga de contêineres? Menos de 24 horas, menos de 12 horas. O navio não pode entrar e nem sair, porque não tem sinalização. Quem paga é a APPA, US\$ 50 mil por dia, US\$ 20 mil por dia? Quem paga isso, indiretamente, é a sociedade do Paraná. É contra isso que temos que lutar e levantar as nossas vozes. Não podemos aceitar isso calados e dizer que está belo e formoso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Caíto Quintana.

Deputado Caíto Quintana (PMDB)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, no Pequeno Expediente, gostaria de falar a respeito do que tem hoje a imprensa noticiado e comentado, a respeito de urnas eletrônicas.

Recordo que quando o Governador Roberto Requião ainda era Senador da República, inúmeras vezes discussões foram travadas a respeito da questão urna eletrônica no Brasil. Ela foi apregoada durante muito tempo, pela Justiça Eleitoral, como um sistema moderno, seguro, um sistema inviolável, mas Deputado Pastor Praczyk, V. Exa. que é um conhecedor de sistema eletrônico sabe que o sistema eletrônico é um programa, a máquina é incapaz de entender o que o eleitor quer, portanto quando se tem uma urna eletrônica coloca-se um programa dentro dela. Esse programa, eventualmente estando alterado, pode perfeitamente, digamos, a cada cinco votos nulos, desviar um voto para alguém. Isso é possível, alguém faz isso. O objetivo da urna eletrônica é um objetivo bom, no entanto, que ele pode ser violado, pode!

Estamos ouvindo hoje, pela imprensa, muitas e muitas reclamações e muitos e muitos técnicos, especialistas em sistemas, dizendo da possibilidade de ser violada a urna eletrônica. Como há um fato concreto em cima da eleição, a repercussão hoje tem atingido muito mais do que a repercussão que, isoladamente, o Governador Requião, quando Senador, levantou no plenário do Senado. Acho que é hora da Justiça Eleitoral do nosso país, entendendo a possibilidade de que a opinião pública ponha em descrédito o voto eletrônico, que isso acabe se transformando em acusação permanente nas futuras eleições daqueles derrotados, encontrando nas urnas eletrônicas a razão da sua derrota.

Acho que é plenamente necessário que se pense em colocar um dispositivo na urna eletrônica, fácil de colocar, que ela seja exatamente o que é, mas que faça cair, num complemento ao lado, a impressão do voto do cidadão, para que esse voto impresso possa ser, sim, conferido e tiradas as dúvidas. Porque nada pior, numa eleição, do que sobrar no eleitor, ou no candidato, a dúvida de que poderia ter ganho e por efeitos estranhos possa ganhar. Acho que o sistema eleitoral, pelo envolvimento emocional, pelo envolvimento do eleitor e do candidato, tem que ser, em qualquer parte do mundo, um sistema que não deixe dúvida. Se há a possibilidade de que a dúvida exista e que as pessoas passem a descreditar do processo eleitoral brasileiro, já que estamos a dois anos da próxima eleição, seria profundamente importante que a Justiça Eleitoral brasileira passasse a trabalhar no sentido de acoplar junto com a urna eletrônica um espaço onde o voto eletrônico feito pudesse ficar resguardado também, lacrado numa urna ao lado. Isso acontece no supermercado, isso acontece com o cartão de crédito, ele é digitado na máquina, é colocada a senha, no entanto a máquina emite um documento.

Esse documento, essa comprovação do voto pode ser perfeitamente acoplada na urna eletrônica e que sirva como possibilidade de que a pessoa que duvidar, com ou sem razão, possa ter o direito de uma recontagem que lhe tira toda e qualquer dúvida.

Acho que o momento é esse, inúmeros municípios do nosso país tem apresentado documentos, alegações, reclamações de que a urna foi violada.

Sr. Presidente, passo a usar o horário do PMDB e concedo o aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

Passa a usar o horário do PMDB

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Caíto Quintana, é um bom tema para ser debatido aqui na Assembléia Legislativa e em todo o Brasil, porque agora já existem dúvidas e provas que realmente este sistema de urnas eletrônicas está comprometido. Sempre me perguntei: por que nos países de Primeiro Mundo, como os Estados Unidos, Japão, França, Inglaterra, não existem as urnas eletrônicas?

Gostaria de deixar aqui, principalmente através da TV SINAL, a todos os cidadãos paranaenses, a você que votou nessa última eleição, porque me parece que os problemas acontecem justamente quando não aparece a foto do candidato. Se você digitou o número do seu candidato a Prefeito nessa última eleição e não apareceu a foto, gostaria que se manifestasse. De qualquer cidade do Paraná, manifeste-se dizendo que aconteceu isso no momento em que você votou, porque todas as dúvidas pairam justamente nesse momento: se o eleitor digitou o número, não apareceu a foto e confirmou o voto, mesmo digitando o número corretamente não apareceu a foto do candidato, parece-me que existem dúvidas quanto a legitimidade do voto. Então, se aconteceu isso com você que está nos assistindo neste momento, manifeste-se, de qualquer lugar do estado do Paraná, para que possamos investigar também através da Assembléia Legislativa.

Parabéns pelo vosso pronunciamento, Deputado Caíto Quintana! Parabéns!

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Concedo um aparte ao Deputado Jocelito.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Caíto Quintana, estava conversando com o Presidente Nelson Justus ali na Mesa e queria cumprimentar V. Exa. por trazer esse tema à discussão na Casa! Tenho algumas dúvidas quanto a urna eletrônica e eu não sabia, mas a instalação dos programas deve ser feita mediante a presença de fiscais dos partidos. Eu não sabia disso. Quando a Justiça Eleitoral instala o programa com o nome dos candidatos, naturalmente que a lei define que têm que estar presentes os membros dos partidos e não sabia isso. Quando é implantado o programa que diz que esse voto vai para o Jocelito, que esse vai para o Caíto, que esse vai para o Marcelo e assim por diante.

Então, sempre tive uma preocupação com a urna eletrônica e a maior referência para mim é exatamente a questão dos americanos. Os americanos são adiantados, evoluídos e modernos, mas por que eles não usam a urna eletrônica? Eles testaram a nossa urna, que já foi lá e eles fizeram testes. Hoje, com esses hackers que temos aí, tudo pode acontecer.

Então, estava conversando com o Presidente Nelson Justus e acompanhando o raciocínio do seu pronunciamento, acho que o correto vai exatamente no que V. Exa. falou, que deveríamos votar e sair um tíquete, como de um cartão de crédito, e esse tíquete vai a uma urna ao lado e depois deve bater os números da urna eletrônica e do tíquete. Parece-me que essa idéia seria um projeto do Governador Requião quando Senador e acho que seria uma grande idéia, pois tiraria a dúvida da urna eletrônica.

Cumprimento V. Exa. por trazer esse assunto e acho que esse é o melhor caminho! Concordo plenamente: tem que digitar, sair o cupom e a pessoa não pode levar para casa, porque senão dá confusão de compra de votos, mas deveria ficar depositado do lado e depois tem que bater a informação da urna eletrônica com aquele canhoto.

Parabéns pelo pronunciamento!

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Pois é! É que inegavelmente a urna eletrônica é um avanço no sistema eleitoral brasileiro. Inegavelmente é, mas ela não permite ao cidadão, ou pelo menos dificulta muito a qualquer cidadão, que se faça uma peritagem naquela urna para poder comprovar se ela foi adulterada ou não. E na evolução do sistema que temos no Mundo inteiro hoje, em tecnologia, tem muita gente, por exemplo, violando a televisão tipo NET ou SKY, quando você amplia a possibilidade de canais sem ter adquirido esses canais. Você tem hoje hacker entrando em bancos e transferindo recursos de bancos para contas sem que haja conhecimento do próprio banco.

É possível, sim, que se possa ter fraude em uma urna eletrônica. E é culpa da Justiça Eleitoral? Não, não é. A Justiça Eleitoral procurou um sistema que evoluiu no Brasil e, sem dúvida alguma, evoluiu criando maior facilidade na votação e na conferência dos votos. Mas, a intransigência de avaliar um processo que possa acoplar na máquina uma urna onde se deposite impresso o voto que tencionou fazer o eleitor é necessário para que o eleitor não se sinta lesado no seu voto. Até mesmo para que não surja, como argumento, daquele insatisfeito com a eleição, procurar colocar na urna a responsabilidade da sua derrota.

Esse assunto precisa ser levantado. No passado já foi levantado no Senado. Estávamos batendo palmas e soltando foguetes para a urna eletrônica brasileira, mas o momento exige reflexão, sob pena de, nas próximas eleições, haver uma enorme desconfiança eleitoral quanto ao resultado dessas urnas.

Quero também falar sobre a reforma fiscal. Já coloquei aqui, o Governo sabe quanto arrecada e quanto paga. A dúvida que se tem é sobre se esse desconto passará ou não para o consumidor. Existem colocações que não conferem com a realidade.

Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. cumpre um papel de Oposição forte nesta Casa, e é importante que isso exista para que se estabeleça o diálogo. Quando V. Exa. fala na variação do dólar, no aumento ou diminuição do preço, não interfere na reforma tributária. Se subir ou baixar o preço de uma geladeira, em razão da crise nacional, não interfere, porque a reforma tributária é sobre o imposto, sobre o valor do produto. Se o produto subir ou descer, em razão do mercado, o imposto continuará sendo fixo sobre o valor que o produto tiver.

A preocupação que é viável, e ontem o Governador Roberto Requião colocou na reunião, que possa ter um instrumento capaz de medir, ou pelo menos tentar medir essa transferência do imposto para o consumidor. O Governador Roberto Requião falou de uma tese que já foi colocada aqui na tribuna, que tivesse o mesmo gatilho que pedem algumas entidades classistas, de que havendo aumento de arrecadação, esse aumento seja redistribuído em isenções de outros produtos, que esse mesmo gatilho possa existir para que se revogue os benefícios para os setores que não transferirem para o consumidor o resultado da diminuição do imposto.

Sei que é difícil! Mas tem que se lembrar de uma coisa: o fornecedor sempre estará dando uma nota e essa nota terá uma redução do imposto. Da mesma forma da redução da micro e pequena empresa, do Governo que tinha como objetivo isentar essas empresas, mas que elas fossem parceiras do programa, cobrando do fornecedor a nota fiscal.

Nesta reforma é fundamental a participação do contribuinte, do pequeno e médio proprietário, do varejista, para que sejam parceiros da minirreforma, que sejam fiscais da minirreforma, exigindo que a redução do imposto seja transferido para o consumidor.

A lei não pode prever que um cidadão vá cumpri-la. Sempre tenho dito, os 12 mandamentos talvez tenha sido a primeira lei escrita no Mundo que conhecemos. Portanto, os 12 mandamentos são constantemente descumpridos pelo ser humano.

Toda lei tem um objetivo que nem sempre atinge a todos, porque há manipulações no exercício dela. Quanto mais pessoas estiverem envolvidas no processo, ajudando que a lei promulgada ou sancionada, publicada e estando em vigor, que essa lei possa ser fiscalizada e que atinja exatamente quem tenha que atingir, acho que é muito importante. É do fisco, é do Governo, mas é também do consumidor a obrigação de acompanhar a existência da lei para que ele, lá na ponta, seja o grande beneficiado.

Muito obrigado.

Deputado Nelson Justus (DEM)

O SR. NELSON JUSTUS

Excepcionalmente, Srs. Deputados, uso do Pequeno Expediente para tecer alguns comentários que acho de extrema importância.

Nós assistimos e os paranaenses que têm a solidariedade como profissão assistem o que acontece no litoral catarinense e paranaense. É evidente que em Santa Catarina os danos foram muito grandes e o empresariado paranaense, o Governo paranaense, o povo paranaense têm se solidarizado de maneira espontânea para minimizar o sofrimento daquela gente. Como representante do nosso litoral, faço questão de dizer que no nosso caso específico também tivemos e sofremos danos muito grandes.

Temos aqui na Casa Deputado Péricles, Deputado Caíto, Deputado Anibelli e outros tantos Deputados que são bem votados no litoral, que estão sempre lá, e sabem efetivamente do que estou falando. Especificamente em Guaratuba onde o caos não é exclusivamente de intempéries da natureza, mas o caos é muito mais político e administrativo, e não caberia aqui ao abrigo de poucas palavras entrar nisso, porque confio a Lei de Responsabilidade Fiscal, na justiça dos homens, no Ministério Público e na Polícia Federal para que, realmente, sejam apurados e punidos aqueles que malversaram não só os recursos públicos, mas principalmente que extrapolaram em arrasar uma cidade como a nossa.

Hoje pela manhã, após termos conversado com o Governador Requião, levado a preocupação que temos tanto com Guaratuba quanto com Matinhos pelo momento que elas vivem, a Secretaria do Desenvolvimento Urbano, capitaneada pelo Secretário Forte Neto, imediatamente convocou uma reunião de emergência com a Defesa Civil, Coronel Washington; com a SANEPAR; com a SUDERHSA, lá estava o seu Superintendente, o Samek, com o Secretário da Saúde; com o pessoal do DER, enfim, todas as pessoas irmanadas para salvar o nosso litoral. É chegado o momento de nós, juntos, todos que usamos as nossas praias, pensarmos em uma agenda positiva. Estamos cansados de ouvir falar que o Prefeito daqui roubou, dali assaltou, que as praias estão afundando, que as águas estão poluídas. Cassa-se o Prefeito, volta-se. A população não merece, evidentemente, mais isso.

Temos uma esperança muito grande com os novos Prefeitos eleitos no nosso litoral. Temos a convicção de que o Governo do Estado dará e trará um apoio firme para que recuperemos parte do nosso litoral, porque vai levar anos para que isso aconteça. Todos nós, representantes ou não do litoral, temos um pezinho lá dentro. Todo mundo gosta de passar um tempo, uma temporada, ou alguém da família, e justamente no momento em que afunilamos para a temporada de praia é que os novos Prefeitos serão empossados e vão se deparar com o caos que esses municípios apresentam.

Então, tenho que fazer esse registro, porque vamos precisar do apoio da imprensa, vamos precisar do apoio da sociedade para torcer pelas nossas cores. O Governo do Estado certamente tem demonstrado isso ao longo de todo esse período e hoje pela manhã, já cedo, pude sentir isso na reunião da Secretaria do Desenvolvimento Urbano, que há uma intenção firme de um SOS Litoral. Vamos salvar as nossas praias, partir para uma agenda positiva, porque temos certeza que só com o esforço de todos, da classe política, da classe empresarial, da imprensa, de todos os paranaenses, é que vamos poder recuperar um terreno que poderia estar em águas calmas, mas que está em águas muito turvas. Infelizmente, as administrações, e vínhamos dizendo isso já há algum tempo, o nosso litoral foi pessimamente administrado, sem querer generalizar, mas com raríssimas exceções tivemos pessoas competentes, principalmente em alguns casos, sérias, algumas pessoas que perderam o medo da responsabilidade civil, da justiça dos homens e até da justiça de Deus para terem feito o que fizeram, especificamente com a nossa Guaratuba.

Por essa razão, quero aqui, de público, render as homenagens ao Governo do Estado pelo pronto atendimento que dá, através das suas Secretarias, para tentar recuperar o tempo perdido e as intempéries que a natureza e os homens fizeram com o nosso litoral.

Faço esse registro e conto sempre com o apoio desta Casa, com os diversos Deputados, com o apoio da sociedade e da imprensa, para que nós que vamos recomençar em 2009 com novas administrações, com a esperança, por profissão, e com a torcida, realmente, uma agenda positiva. Vamos começar a falar das coisas boas que acontecem nas nossas cidades, que é isso que se espera de nós, os dirigentes, e é a esperança que tem a população no limiar de um novo ano e, queira Deus, de uma nova época.

O SR. OSMAR BERTOLDI (DEM) (Pela Ordem)

Em primeiro lugar, meus parabéns pelo pronunciamento. Acho que é oportuno, até pelo momento que vivemos. Eu sempre digo a V. Exa. em conversas que temos da oportunidade que Guaratuba, Matinhos, enfim, todo o litoral tem com as eleições dos novos Prefeitos. Acreditamos que aqui nesta Casa, independente do reduto eleitoral que cada Deputado, porventura, venha ter, todos têm um carinho especial pelo litoral, seja por uma condição familiar, seja por uma condição, muitas vezes, de boas recordações. Eu, em especial, passei boa parte da minha infância veraneando em Guaratuba, Caiobá, e entendo que hoje, depois de adulto, depois de casado, passo parte do verão na região de Pontal, e vejo que o litoral paranaense infelizmente ficou para trás esses anos.

Temos que tomar como exemplo, Sr. Presidente, Santa Catarina, que fomentou o turismo, investiu nas suas praias, modernizou e teve, claro, alguma sorte, ou pelo menos uma grande mobilização que foi a duplicação da BR-101, que acabou trazendo um grande desen-

volvimento para essa região. E vejo que é um esforço conjunto da Assembléia Legislativa, do Governo do Estado, não é algo que passa por partidos políticos, ou se o Deputado é daquele reduto ou não, todos nós recebemos reivindicações do litoral no que diz respeito às nossas amizades. Eu, particularmente, acabo recebendo muitos e-mails relacionados a essas barbaridades que aconteceram em Matinhos e em Guaratuba. Acho que quando chegamos ao fundo do poço, em que chegou o nosso litoral, também podemos enxergar uma bela oportunidade de recomeçar de novo.

V. Exa. em especial, Presidente Nelson Justus, como Presidente desta Casa, como maestro de todo este Legislativo, tem uma excelente missão e oportunidade, para que esta Assembléia de um modo geral também contribua para que possamos recuperar o nosso litoral, seja por força política, ou por uma emenda orçamentária, ou por uma ação direta de convencimento com a classe empresarial, ou uma mobilização da sociedade. Acho que o conjunto da sociedade tem que trabalhar para fortalecer o nosso litoral, para que possamos ter as boas lembranças de todos os paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Eu que agradeço o aparte de V. Exa., que enriquece o nosso pronunciamento.

Concedo a palavra ao Deputado Péricles.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Cumprimentar o Presidente Nelson Justus pelo seu pronunciamento. Sabemos do seu carinho e do seu amor por Guaratuba. V. Exa. tem um conhecimento profundo dos problemas e das potencialidades do litoral do Paraná. Apesar do que aconteceu, como disse o Deputado Bertoldi, podemos viver um momento novo no litoral paranaense.

Acompanhei a eleição em Guaratuba, estivemos juntos no trabalho dos pescadores e sei que há uma vontade e um ânimo muito grande que unifica o povo de Guaratuba, para começar um novo período de desenvolvimento naquela cidade, que é um dos símbolos mais belos do litoral do Paraná.

Morretes, cidade turística, patrimônio histórico e cultural, um dos mais respeitados do estado. Nosso partido elegeu pela primeira vez no litoral um Prefeito, o companheiro Hamilton, e dois Vereadores.

Em Matinhos acompanhamos também a eleição. O PT apoiou o mesmo candidato que o senhor apoiou, um empresário dinâmico e respeitado, que tem a maior paixão para colocar Matinhos em um novo período histórico de desenvolvimento.

Muitas coisas aconteceram nessa eleições e temos que unir todas as nossas forças a favor do litoral. Esse é um momento muito bom. Temos a Universidade do Litoral. Temos o trabalho dos nossos pescadores com o Governo

Federal e da Secretaria Especial da Pesca, que subsidia o óleo diesel. Temos o PAC. Temos muitos e muitos programas. Se todos nós, que temos a obrigação pelo litoral, nos dermos as mãos, tenho certeza absoluta que iremos começar um novo momento de brilho, de desenvolvimento, de união e fraternidade para todas as cidades do litoral do Paraná.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Faço também o registro que o Prefeito de Matinhos, Eduardo, estava também nessa reunião, hoje cedo, na SEDU, com toda essa equipe de Governo, com o intuito de se recuperar Matinhos, Pontal e Guaratuba, que foram as praias mais atingidas por essas intempéries, sejam políticas ou da natureza.

Passo neste instante a palavra ao Pastor Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, jornalistas, senhoras e senhores.

Inicialmente, parabenizar a fala do Deputado Caíto Quintana, que me antecedeu nesta tribuna. Só não pedi aparte porque julguei que minha fala se estenderia e que teria que ser uma contribuição breve, comprometendo assim a fala do Deputado.

Tenho estudado muito o assunto das urnas eletrônicas. Tenho tentado dar a minha parcela de contribuição neste assunto, que é extremamente importante e polêmico, porque ele compromete um direito conquistado à duras penas, direito esse democrático de eleger e ser eleito.

Mas vamos a alguns pontos importantes nesse assunto. O Deputado Jocelito Canto e outros Parlamentares questionam, Deputado Marcelo Rangel, por que os Estados Unidos e outros países de Primeiro Mundo não adotam a nossa urna eletrônica. Se ela é tão segura como se apregoa, se o Governo brasileiro apregoa que é o melhor sistema de votação que existe no planeta, por que os Estados Unidos não a absorvem? Bom, inicialmente eu devolvo esse questionamento com uma outra pergunta: se a forma manuscrita é mais segura, eu questiono, é a mais segura? Seria a forma melhor de se votar? Obviamente não!

Segundo ponto: é notória a grande resistência que os países de Primeiro Mundo possuem com tudo que vem de outros países. Isso é muito engraçado, porque os Estados Unidos contaminam todo planeta com a sua cultura, com seus costumes, com seus inventos, com seu consumismo, com sua maneira de ser, mas na hora de receber qualquer coisa de fora há uma resistência. Tudo que vem de fora é barrado pelos Estados Unidos. Não sei se o modo de ser norte-americano é um exemplo para o resto do mundo no que diz respeito a patriotismo, mas há uma resistência! Briga-se até hoje pela autoria do invento, a paternidade de um grande invento, o avião. Nos Estados Unidos ainda se

questiona isso. Eles defendem que Alberto Santos Dumont não é o inventor do avião e sim dois norte-americanos, que catapultaram uma máquina que deu origem ao avião. Esse é o modo norte-americano de ser!

Então, essa é a primeira hipótese. O fato de não ter sido inventado e desenvolvido por eles é que faz com que haja tamanha resistência à nossa urna eletrônica. Esse é o primeiro fator, os americanos não querem algo que obviamente lhes obrigará a passarem royalties, especialmente a um país emergente como o nosso. Esse é o primeiro, é o orgulho.

Segundo: tenho lido bastante acerca desse assunto, pouco tenho me pronunciado, até porque tenho procurado ter mais argumentos para falar sobre o tema. Mas eu li que a grande maioria dos norte-americanos se sentem desconfortáveis por não terem esse recibo apregoado pelo Deputado Caíto Quintana. Eles querem ter algo papável, um recibo, um comprovante de como foi o voto deles. Isso foi noticiado pela grande mídia internacional.

Falando sobre esse assunto e respondendo o questionamento do Deputado Caíto Quintana e outros Parlamentares, hoje a nossa urna eletrônica já pode acoplar esse sistema, é uma questão do TRE querer.

Passa a usar o horário do Bloco PSB/PRB/PV

Hoje já é previsível que se acople um mecanismo que o eleitor veja, de uma forma impressa, o voto dele e o mesmo caia num dispositivo. Isso é possível, não tem que reinventar a roda, é possível, é questão de querer. O detalhe que também tem que ser abordado neste momento é a definição do que é urna eletrônica. Urna eletrônica é um computador, é uma CPU. Como qualquer computador por definição, o computador é burro. Ele faz exatamente aquilo para que ele foi programado fazer. A linha de código de um programa, existe um sistema operacional que faz a urna funcionar, que faz a máquina funcionar, um software. Essa urna pode ser maliciosa, pode ser fraudulenta? Pode. A diferença é que até a penúltima eleição esse programa era fechado e não tinha a liberdade de ser auditado como foi, uma vez que foi adotado um novo sistema operacional.

Todos os partidos, como bem falou o Deputado Jocelito Canto, tiveram a prerrogativa de mandar representantes para auditar linha por linha desse código de programação e, diga-se de passagem, a minoria dos partidos mandou alguém para fazê-lo. A OAB mandou, mas raríssimos os que fizeram, e os que fizeram, questiono se as pessoas que foram auditar essas linhas de códigos eram profissionais da área. Porque não adianta eu mandar um advogado auditar uma linha de código de informática, porque ele não entende e é como se ele estivesse lendo mandarin, chinês ou cantonês. Então, não tem como. Deveria um profissional da área ter pelo menos um ano para ler, porque são milhares de linhas de código. É uma coisa impressionante. Ler linha por linha, as linhas serem

comentadas para o que serve esse comando, para o que serve isso, linha por linha, para que então tenhamos essa segurança. Isso é um ponto.

Mas, temos também que entender que quando falamos em fraude, ela não fica restrita apenas à linha de código. Particularmente, acredito que essa linha de código é a mais confiável de toda a história da urna eletrônica. Acredito, mas também tem um outro aspecto: onde entra a figura humana, quando entra o homem, o manuseio humano, ali também pode haver fraude.

Deputado Edson Strapasson, o senhor pode ter gastado uma fortuna com o melhor sistema de proteção para a sua residência, com alarme, monitoramento via web, câmera, circuito fechado de televisão, laser e tudo o que existe de ponta em tecnologia, mas se o senhor deixar a porta da sua casa aberta, todo o seu investimento cai por terra, porque o mais simplório dos gatunos terá acesso à sua residência. Então, ainda que se tenha todo um sistema operacional seguro, ainda que se tenha toda uma parafernália tecnológica a favor do eleitor, no retirar o disquete, no manuseio humano, o que me garante que retiro o disquete e na hora de repassar eu não repasse o disquete fraudado? Isso é possível!

Então, não se tem que ter os olhos e a atenção apenas à urna eletrônica propriamente dita, porque quando falamos em hipótese de fraude, temos que falar em todo o mecanismo, seja no transporte das urnas eletrônicas, no transporte dessas informações, isso tem que ser muito bem acompanhado, porque senão a ponta de todo esse ciclo fica rompida e todo investimento acaba sendo jogado por água abaixo.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Olha, acredito que esse pode ser um grande debate para uma Audiência Pública. O senhor é especialista, o senhor é técnico e seu pronunciamento está perfeitamente fundamentado. Temos que prever todos os mecanismos para coibir, de repente, a fraude no transporte, a fraude na programação, a substituição dos disquetes, a questão do comprovante, que também acho importante. Temos que avançar, mas já foi comprovado que realmente existiram problemas e mais uma vez voltamos a insistir neste instante que acabaram as eleições, e gostaríamos de saber se os mesmos problemas que aconteceram em outros estados do país aconteceram também aqui no estado do Paraná. Se você votou e, de repente, não apareceu a foto do seu candidato, é importante se manifestar através do Ministério Público, ou através dos meios de comunicação para que possamos fazer a investigação *in loco* para sabermos se houve também esse tipo de problema no nosso estado.

O senhor está completamente perfeito nas suas colocações, repleto de razão e acho que é importante fazermos uma Audiência Pública a respeito desse aumento.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Agradeço o aparte de V. Exa.

E, contribuindo em vosso questionamento, sobre aqueles que votaram e a urna apresentou algum problema, isso é muito relativo. Temos dois grupos que afirmam ter presenciado problema nas urnas eletrônicas. Primeiro, aqueles que, de fato, a máquina tenha apresentado problemas, mas existem aqueles que não souberam seguir a ordem correta de votação.

Vou ser mais prático: no dia seguinte da votação um fiscal do TRE falou comigo, ao celular, indignado, dizendo que tinha votado e não tinha aparecido a foto do seu candidato, afirmando que havia possibilidade de erro, fraude na urna eletrônica. Eu quis saber mais sobre o assunto e perguntei como ele procedeu. Ele disse: “Primeiro votei no candidato a Prefeito, digitei o número. E, quando fui votar para o meu Vereador não apareceu a foto do meu Vereador.” Mas ali ouvi que ele erro no voto, porque o primeiro voto é para Vereador. Embora a tela da urna seja tendenciosa, até concordo, porque aparece apenas dois campos, que acabam induzindo o eleitor a achar que o primeiro voto é para majoritária. E ele votou nos dois quadradinhos e confirmou. Não reparou que, subsequente, aparecem outros três campos. Mas quando ele tentou votar para Vereador não era mais possível. Então, assim como esse cidadão, que é fiscal do TRE, cometeu esse equívoco, milhares de outras pessoas também cometeram.

Todos sabemos que o brasileiro deixa para a última hora tudo. Raras lembram em quem votaram para Deputado Federal ou Estadual, quanto mais lembrarão qual é a ordem da urna eletrônica. Então, essa hipótese é possível!

Aqui fica a minha opinião. Endosso a brilhante idéia do Deputado Marcelo Rangel, que a Assembleia Legislativa deveria promover uma Audiência Pública e debater todo processo eleitoral. Para que a democracia continuasse sendo respeitada e o cidadão tivesse maior segurança de estar exercendo o seu direito de cidadania.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência anuncia, com muito prazer, a visita dos alunos do ensino fundamental, das professoras Maria Salete, Tânia Hulpiz, do Colégio Castro Alves, de São João, a pedido do Deputado Nereu Moura; da Vereadora Adelina da Silva Anésio, Presidente da Câmara Municipal de São Sebastião da Amoreira, a pedido da Deputada Cida Borghetti; e a presença do atual Vereador, futuro Vice-Prefeito de Assis, José Costa, a pedido do Deputado Elton Welter. Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

No bom italiano da minha amiga e Deputada Cida Borghetti, Deputado Marcelo Rangel que pesque sou na internet, esta Casa aqui também, às vezes respira um

pouco de cultura, Sr. Presidente, mas o General romano Pompeu, que viveu entre 106 e 48 a.C., pronunciou uma frase que se tornou emblemática: *Navigare necesse est. Vivere non necesse*. Claro, séculos depois, esta frase foi apropriada por diversos poetas para dizer muito em relação ao significado da vida. Claro, para nós que utilizamos a língua portuguesa pelo grande poeta Fernando Pessoa, que, de certa forma, a difundiu em relação àqueles que falam o nosso idioma.

Por que falo sobre esse tema? Por que estamos vivendo numa época de grandes transformações, de mudanças na sociedade, de novos paradigmas. Nós que fazemos política, que exercemos mandatos parlamentares e que chegamos a esta Casa por representação direta do eleitor, sabemos o quanto temos que ser coerentes em relação àquilo que defendemos. Eu ouvi, hoje, o pronunciamento do Presidente Nelson Justus falando do que aconteceu, nos últimos dias, no litoral. Ouvi o pronunciamento do Deputado Elio Rusch falando das bóias do porto de Paranaguá. Deputado Elio Rusch, V. Exa. sabe o quanto tenho respeito pelas suas informações e afirmações. Enquanto V. Exa. falava, passei a mão no meu telefone e liguei para o porto de Paranaguá e quero informar a V. Exa.

Reconheço que o porto de Paranaguá tem sido muito atacado. O último grande ataque foi contra o terminal Público de álcool, que foi um investimento de mais de R\$ 14 milhões, que pode embarcar 15 navios com 35 milhões de litros cada um desses navios por mês, que é um grande projeto feito em parceria com as 25 usinas e cooperativas de álcool do estado do Paraná, para exportar o que o Paraná produz. Infelizmente, por interesses privados, acabamos tendo a suspensão momentânea da operação desse terminal, impondo multas absurdas, como R\$ 50 mil se remanescer um litro de álcool no terminal. Sinceramente, tem Juízes Federais e Estaduais que deveriam refletir um pouco antes das decisões que tomam. Claro que infelizmente no nosso sistema, que é um sistema recursal, ou seja, sempre cabem recursos e sempre essas decisões que são incompreendidas são revistas pelos Tribunais Superiores, mas sinceramente acaba entupindo os Tribunais Superiores, por conta dessas decisões que são descabidas, como aquela também inclusive em relação à suspensão da frota e a licitação do processo de licenciamento da dragagem do porto de Paranaguá.

Em relação às bóias, Deputado Elio Rusch, já disse outro dia. V. Exa. é um pouco teimoso, reconheço isso, no bom sentido, é seu estilo de ser V. Exa. vá a internet e procure lá qual é o aviso aos navegantes. Então, vamos lá, aviso aos navegantes que ocuparam a tribuna e falaram sobre o porto de Paranaguá:

Passa a usar o horário da Liderança do Governo

A bóia nº 5 foi encontrada - por conta do temporal que assolou o litoral paranaense, que fechou o porto de Itajaí, mas o nosso porto tem grande estrutura - entre

Praia de Leste e Ipanema, ela já foi reconduzida e está sendo restaurada e recuperada para poder voltar a operar. A bóia nº 4 já está ok., já foi revisada e vai ser reinstalada assim que o tempo permitir. Provavelmente a bóia nº 5 vai ser instalada entre sexta e sábado, a bóia nº 4 vai ser instalada ainda hoje ou amanhã. Essas duas bóias reinstaladas restabelecem a normalidade da navegação noturna, Deputado Elio Rusch, que é por conta do temporal que assolou o nosso litoral, não é por falta de manutenção. Mas, eu vou lá, a bóia nº 30, a bóia nº 7 e a bóia nº 3, estão funcionando normalmente, estão restabelecidas. São 69 bóias que fazem o canal de acesso para a navegação noturna. São 69 bóias num mar agitado, que é complexo o processo, mas estão absolutamente normais. E as outras duas bóias são bóias do TECON, do Terminal de Contêineres, que é obrigação do Terminal de Contêineres fazer o restabelecimento delas e já foi até formalizado o pedido.

Quero dizer o seguinte: o porto de Paranaguá tem uma equipe técnica, eu falei com o engenheiro Marlon, com o Diretor-Técnico do Porto, o André. As pessoas estão lá trabalhando, não temos um porto à deriva, temos um porto que tem comando, que tem pessoas, profissionais qualificados, experientes pessoas que garantem o funcionamento desse porto público. Sinceramente, entendo que é desserviço ao Paraná o ataque que se faz ao porto de Paranaguá. É o maior porto público graneleiro das Américas, não é só da América do Sul, é das Américas. E eu vejo, às vezes, infelizmente, que há uma tendência de se ter uma visão catastrofista em relação à sociedade em que vivemos.

A economia do Paraná vai crescer neste ano da graça de 2008, 5,08%. As projeções são do IPARDES. O nosso PIB tem crescido. Temos que reconhecer o seguinte: a economia do nosso país está crescendo. E espero que fique só na marolinha, como dizia o Presidente Lula em relação a essa crise internacional. Estamos sentindo os efeitos? Estamos, mas reconheçamos aqui que o país está conseguindo enfrentar bem esse problema. E temos que saber que o nosso desafio é de construir um modelo de sociedade mais justa.

Quero dizer ainda o seguinte, Deputado Nelson Justus: reconheço que Audiência Pública da Associação Comercial do Paraná, no dia de ontem, foi seguramente a mais tensa, a presença do Governador Requião, foi e tinha tudo para ser uma reunião muito tensa. Vimos um Governador respeitar o Poder Legislativo. Foi a uma Audiência Pública da Assembléia Legislativa, feita em um prédio de uma entidade representativa do setor econômico do estado do Paraná. Sentou à Mesa, falou, discutiu e, mais do que tudo, concedeu benefícios, resolveu problemas na hora, ouviu as reivindicações, inclusive, do nosso professor Dirceu, que representa as contadores, sobre a questão da microempresa. Ele que participou de todas as Audiências, deveria receber votos de louvor desta Casa, porque ele foi persistente ao participar das sete Audiências Públicas. Reconheço que ele, do

primeiro até o último discurso, evoluiu muito, apresentando reivindicações de encaminhamentos, como outros temas que conseguimos resolver.

Presidente Nelson Justus, tenho defendido isso e V. Exa. sabe, primeiro, tenho dito que não exerço a função de Líder do Governo - muitas vezes eu lembrava quando voltei a esta Casa, que aqui muitos me falavam: "Governo não fica discutindo. Governo vota. Governo tem que pegar a sua maioria e votar." Era a prática nesta Casa a discussão em relação àquilo que sempre se praticou. Eu sempre disse que quero exercer a Liderança do Governo de forma democrática. Quero valorizar as Audiências Públicas e sempre tenho procurado isso em todos os temas, no âmbito das Comissões, especialmente as da CCJ.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Permite-me um aparte?

(Assentimento)

Deputado Romanelli traz à tribuna, no dia de hoje, a evolução da matéria da minirreforma tributária. Quando o Presidente autorizou a CCJ a fazer essas Audiências Públicas, e aqui fica um ensino a V. Exa. que é Líder do Governo, que quando escutamos, principalmente quem tem argumentos sábios, como é o caso do Dirceu de Paula, da nossa querida cidade de Foz do Iguaçu, que além de amigo é meu professor, aprendi muito na vida. Quando eu estava do outro lado do balcão ele estava na frente do balcão, colocando as necessidades da microempresa. O que ele evoluiu, foi o vosso Governador, que ontem teve a oportunidade de ouvir segmentos do setor de combustíveis, que tem algumas incoerências que estão sendo praticadas e já, de pronto, autorizou o Secretário a corrigir essas distorções.

Dizer que o melhor voto de louvor que poderíamos fazer ao Sr. Dirceu, que participou em todo o estado do Paraná representando os contabilistas, a melhor referência que poderíamos fazer a essa evolução, que esta Assembléia fez nas Audiências Públicas, seria ouvir. Ontem, ele passou primeiramente ao Presidente, depois para o próprio Governador, a necessidade de evoluirmos e concedermos aquilo que foi reconhecido por todos os segmentos que se manifestaram. A evolução que as micro e pequenas empresas tiveram no Paraná, graças a ação eficiente que sempre foi reconhecida deste Governo, mas que agora chegou a necessidade de darmos uma nova injeção às novas micro e pequenas empresas, que é estipularmos o crédito.

É uma emenda que pretendemos fazer, dentro de uma conversação e com a autorização do Governo. Faremos essa emenda com a ajuda dos demais Parlamentares, para que as micro e pequenas empresas, principalmente, aquelas do segmento industrial, possam transferir crédito. Isso vai aumentar o poder de sobrevivência das micro e pequenas empresas no Paraná, porque hoje muitas empresas não compram delas, porque não pode ser creditado do ICMS.

A melhor referência que podemos fazer em respeito a todos aqueles setores que participaram das Audiências Públicas do estado do Paraná, favoráveis ou contrários, será ouvi-las e, através de emendas possíveis, colocá-las no texto da mensagem.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço, Deputado Reni. As Audiências serviram justamente para isso, para que pudéssemos ouvir a sociedade. E ontem o que aconteceu? Foi que na hora, de pronto, o Governador tomou decisões importantes que foram muito, muito significativas.

Quero concluir dizendo que tenho convicção, Deputado Elio Rusch, que temos muito que avançar e aprovar a reforma tributária.

Era isso, Sr. Presidente.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputado.

O Deputado Romanelli, sem dúvida nenhuma, é um dos homens mais capacitados deste Parlamento, ele nos faz sorrir quando deveríamos chorar. Tenho que deixar isso registrado aqui.

Sr. Presidente, primeiramente queria cumprimentar V. Exa. no sentido desse movimento que realiza, SOS das praias do Paraná. Acho que esse movimento que V. Exa. levanta em favor do Paraná, das praias do Paraná, é muito importante. Muitas pessoas utilizam as praias do litoral paranaense e ele tem sido alvo de algumas complicações. Essa reunião técnica que V. Exa. realizou hoje pela manhã, convocando a Secretaria do Desenvolvimento do Paraná, acho muito importante. Vou dar uma sugestão, Sr. Presidente: que V. Exa., na condição de representante do litoral e os demais Deputados, que pudéssemos antes de encerrar esse período legislativo, fazer uma descentralização da Assembléia lá no litoral, como homenagem ao povo e para lançamento oficial desse programa que V. Exa. anunciou aí, que é a valorização do nosso litoral. É uma sugestão, acho que a Assembléia podia se reunir em Guaratuba e fazer uma Sessão para lançar essa grande idéia de reorganizar o litoral, com verbas específicas, com alguns programas que deveríamos fazer, antes de encerrar este período legislativo.

Devíamos fazer essa reunião em Guaratuba, para mostrar às pessoas que moram lá e as pessoas que passam os verões nas praias, que a Assembléia está preocupada e tomando providências. Acho que deveríamos fazer alguma coisa lá e encerrar depois com nossa confraternização, lá em Guaratuba, com nosso joguinho de futebol

de novo, V. Exa. jogando, os Deputados aqui e assim por diante. Fica aí a sugestão, temos as camisas da Assembléia, mas não jogamos mais, faz tempo que não jogamos, nosso time praticamente acabou e era bom o nosso time, já teve grandes técnicos. Então, fica aí o convite para fazermos esse encontro final em Guaratuba este ano, Sr. Presidente, trabalhar primeiro e depois fazer essa confraternização final.

Hoje eu estava acompanhando os jornais de Ponta Grossa, algumas pessoas fazendo algumas reclamações, criticando, geralmente se critica no genérico os Deputados de Ponta Grossa - quando se fala de um, se fala de todos - que vivemos o clima do excesso de lotação para presos, falta de cadeia, e que o IML tem problemas. Então, baseado em tudo isso, baseado em tudo o que tem acontecido, li um requerimento de um professor da universidade, que são aqueles que chamamos de professores de Deus, que acham que é muito fácil e o Deputado Reni usou agora uma frase indevidamente, porque sempre temos que citar as fontes, quando nós citamos algum poema, sempre temos que ter o cuidado de citar quem é o autor do poema e V. Exa. falou que atrás do balcãozinho é outra história e não citou quem é o autor dessa frase. O grande autor dessa frase, que jamais vou me esquecer, é o nosso saudoso Deputado Aníbal Khury, que quando alguém só criticava, ele dizia: vá para trás do balcãozinho para ver como é diferente. Na frente você pede e xinga, mas vá para trás do balcãozinho, que é diferente. Vá ser Presidente da Assembléia a agüentar 53 Deputados incomodando o dia inteiro, vá ser Governador ou Secretário, porque falar é fácil, mas o difícil é exercer. Então, o Deputado Aníbal Khury tinha essa frase que eu gostava: atrás do balcãozinho é diferente.

É a história do bêbado que chega para o dono do armazém e diz: "Me dá uma cachaça e quero com limão ou uma raiz", e enche o saco. Aí, quando ele tem que ir para trás do balcãozinho, ele vê como é difícil e como ele enchia o saco daquele cara. Por isso que o Deputado Reni Pereira já está devidamente desculpado quando falar a frase do Deputado Aníbal Khury. Ele já foi, mas ficaram as lembranças e uma das que mais gosto e jamais me esqueço é essa aí, que atrás do balcãozinho é outra história.

Mas, estava falando de Ponta Grossa, preocupado com essas questões, e li o comentário do professor falando dos Deputados, de alguns derrotados, sendo que cita V. Exa., Deputado Marcelo, e eu, que participamos da eleição. Nunca me sinto um cara derrotado. Para um cara que saiu do Rio Grande do Sul para procurar o pai no Paraná e hoje é Deputado por três mandatos, e já fui Prefeito de uma grande cidade, sou um cara vitorioso, seja de alegria ou das coisas boas. Sou um cara que falo aquilo que penso e tenho muito orgulho das coisas de Ponta Grossa, e neste mandato agora, especificamente, só tenho o que comemorar, e se terminasse o meu mandato hoje, sairia daqui com a missão cumprida e realizada. Isso porque estamos fazendo um hospital como nunca foi feito em Ponta Grossa, que está quase pronto,

estamos com o curso de Medicina voltando e temos vestibular no fim do ano, agora, que deU tanta polêmica e está lá o curso de Medicina; quanto sofremos e lutamos pelas UTIs e estão lá, o Hospital da Criança doi reformado, o pronto-socorro doi reformado, ambulâncias, e tem a história da quimioterapia e radioterapia, que até brinco com essa história, que tamanha era a intimidade que eu tinha com o Governador Requião, que um dia consegui essa radioterapia dizendo ao Governador que ele já tinha autorizado, mas ele não tinha e autorizou.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PTB/PR

Então, fico vendo, às vezes, algumas pessoas falando e a evolução que nós acompanhamos. Construir um hospital que não existia é uma grande vitória. A minha filha hoje está aqui no hospital em Curitiba, fazendo uma cirurgia, com 16 anos, uma criança. Então sabemos o que significa a questão de um hospital e eu sempre dizia para ela que o maior patrimônio que contribuo da minha vida pública, como político, é ter conseguido ajudar a trazer um hospital que vai salvar, quem sabe daqui a 20 ou 30 anos, a vida dos seus filhos e dos seus netos. Acho que é isso que é importante. E preocupado com essa questão que envolve Casa de Custódia e o IML, que sempre acham que temos que resolver tudo, mas não resolvemos tudo, porque somos Parlamentares e não somos o Executivo. Nós podemos cobrar.

Então, não me sinto derrotado em lugar nenhum, mas me sinto realizado por tudo o que conquistei ao longo desses anos, as obras que aconteceram. A rodoviária de Ponta Grossa, o Prefeito nunca disse, sugeri ao Governador num dia em que foi ao aniversário de Ponta Grossa.

Concedo um aparte ao Deputado Péricles de Mello.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Sobre a Casa de Custódia, estivemos em Brasília, fomos recebido pelo Ministro Tarso Genro, com o Deputado Ângelo Vanhoni, com uma delegação de Ponta Grossa, várias entidades. A Casa de Custódia o Governo Federal pode dar recursos para a construção da obra, mas a contratação dos funcionários tem que ser feita pelo Governo do Estado. Então, envolve abertura de concurso, um custo mensal de mais R\$ 1 milhão. No momento que o Governador tomar a decisão de fazer o concurso, teremos facilidade de conseguir os recursos com o Governo Federal. Devemos nos unir mais uma vez e mostrar a gravidade do problema de Ponta Grossa e sensibilizar o Governo para que libere a contratação desses funcionários.

Muito obrigado!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Há uma preocupação em construirmos uma nova Casa de Custódia. Precisamos no momento, concordo com V. Exa.

O nosso Governador assumiu fazer 250 quadras de asfalto em Ponta Grossa. Não adianta ficar aqui brigando com o Governador, temos que viabilizar que isso ocorra.

Não vamos mais falar de eleição. Vamos tocar para frente. Somos Parlamentares e temos que continuar defendendo a cidade.

Conversei agora com o Líder Luiz Claudio Romanelli, com o Deputado Alexandre Curi e com o nosso Presidente Nelson Justus para irmos falar com o Governador sobre a questão da Casa de Custódia, o IML. Temos que resolver o problema do IML. Acho que o Governador nem sabe disso.

E vamos saber do Governador quando começa o asfalto. Convido os Deputados de Ponta Grossa para irmos até o Palácio e conversarmos com o Governador sobre esses assuntos.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Vou com todo prazer. Até porque o Governador prometeu que iria asfaltar toda e vamos cobrar isso.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Vamos falar com o Governador hoje e resolver esses problemas. Vamos tratar da Casa de Custódia, pois estão dizendo que os Deputados não se interessam. De IML vamos tratar já. Tenho certeza que o Governador haverá de receber essa bancada de Ponta Grossa, não é Sr. Presidente? V. Exa. já interferiu, nosso Líder Romanelli também, é o Deputado Alexandre Curi, porque acho importante resolvermos os problemas. É como o Aníbal Khury dizia e como o nosso eminente Presidente Nelson Justus diz: "Tem que resolver!" E o nosso negócio aqui é resolver.

A eleição acabou. Então, vamos ao Palácio, agora, os três Deputados de Ponta Grossa. É pena que o Plauto não esteja aqui, não sei se está na Casa, senão iria junto. Há Deputado que tem a maior bancada e não se unem. Nós estamos sempre unidos. Agora, há divergências? Há a questão partidária, mas acho que, neste momento, pela Casa de Custódia, vamos conversar com o Governador quando terminar a Sessão, para ver se resolvemos isso, trocar uma idéia. Acho que discutir não tem problema. Acho que falar, debater é importante. Eu tenho minhas diferenças com o Governo Requião. Brigo quando tem que brigar, xingo quando tem que xingar. Sou parecido com ele. Claro que ele é mais inteligente que eu, tem mais idade que eu, tem mais conhecimento, conhece mais que eu, mas eu tenho a minha simplicidade e discuto com ele quando tem que discutir os assuntos de Ponta Grossa e dos Campos Gerais.

Acho importante falarmos desses assuntos. Como ele está num dia bom hoje, nos convidou para ir lá, aproveito e estendo o convite então ao Deputado Marcelo Rangel. V. Exa. vai estar conosco lá no Palácio. Vamos

conversar com o Governador. Mas não faz e sempre tem a primeira vez, não é? Ontem, dei a primeira entrevista no estúdio da TV SINAL aqui e até brinquei como Hamilton, dizendo: olha, a primeira vez a gente nunca esquece!

Então, Sr. Presidente vamos até o Palácio conversar com o Governador sobre essa questão da Casa de Custódia e sobre o IML de Ponta Grossa. Os três Deputados. Pena que o Plauto não esteja aqui. Vamos aproveitar o momento. O importante é somar. Ninguém está só para ficar discutindo, temos que resolver. Acho que o momento é bom para a cidade e vamos fazer isso.

Convido o Deputado Péricles, o Deputado Marcelo: vamos até o Palácio conversar com o Governador. O máximo que ele vai fazer é dizer não. Se ele disser não, nós dizemos sim e deixa conosco que sabemos lidar com o homem!

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Quero comunicar a visita, nesta Casa, do Alisson Carvalho e do Vereador Joel Garcia, que teve uma grande vitória para Vereador em Londrina e é um pré-candidato à Presidência da Câmara. Tem uma carreira brilhante o Joel Garcia, que nos visita, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sejam bem-vindos a nossa Casa e sucesso na empreitada!

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Apenas para registrar que hoje, 27 de novembro, é o Dia da Luta contra o Câncer de Mama, por meio da Lei nº 14854, de nossa autoria. Quero agradecer a todos os Deputados e às Deputadas desta Casa que colaboram com a campanha do laço cor-de-rosa, às Amigas de Mama, o Hospital Erasto Gaertner, bem como as esposas dos Srs. Prefeitos de todos os municípios do Paraná, que hoje estão engajadas na luta solidária contra o câncer de mama.

Gostaria de passar às suas mãos, Sr. Presidente, o laço que salva, a simbologia do laço cor-de-rosa, bem como a pulseira. Gostaria que o senhor, no dia de hoje, desse essa demonstração de luta, de solidariedade e de coragem. Os homens também podem participar da campanha fazendo os exames de prevenção contra o câncer de mama, convocando também as mulheres que possam passar nas suas cidades, nos seus municípios, os 399 municípios do estado do Paraná, fazendo o exame de diagnóstico precoce. Salvar vidas é a nossa meta. Muito obrigada, portanto, Presidente, e passo às suas mãos o laço cor-de-rosa da simbologia do dia 27 de novembro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Obrigado! Com a palavra o Sr. Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Aproveito para dizer que aceito o convite do Deputado Jocelito Canto. Daqui a pouco, estarei conversando com o Governador. Vou aproveitar, inclusive, não só para cobrar todos os pedidos, as solicitações da região dos Campos Gerais, mas para falar diretamente ao Governador que estarei apresentando uma emenda ao pacote do ICMS, que será votado aqui na Assembléia Legislativa, pedindo a retirada do aumento da tarifa para a energia elétrica. Acho que pelo menos esse questionamento precisamos fazer aqui na Assembléia. Acho que pelo menos esse questionamento precisamos fazer aqui na Assembléia. Já vou falar diretamente ao Governador Roberto Requião, como representante da Bancada de Oposição.

Mas, subo à tribuna para falar que o povo do Paraná é um povo solícito, é um povo muito solidário. E eu gostaria de deixar registrado, por conta da tragédia que assolou o nosso estado vizinho, essa que, inclusive, está sendo considerada a maior tragédia climática da história do país. Já existem mobilizações em todas as cidades do Paraná, em Curitiba, na cidade que eu represento, Ponta Grossa, em Londrina, Cascavel, Maringá, Foz do Iguaçu, nas pequenas cidades do estado também o nosso povo está se mobilizando, está arrecadando cobertores, alimentos não perecíveis, medicamentos. O Governo do Estado também já se pronunciou, no meu entender um pouquinho tarde, mas já se pronunciou em nota oficial e também está fazendo a sua parte. E a Assembléia Legislativa está fazendo uma grande campanha, e neste momento eu queria parabenizar o Sr. Presidente da Assembléia, justamente pelo fato também de estar se mobilizando e da nossa Casa também estar se mobilizando através de uma campanha para arrecadar cobertores e medicamentos para os nossos vizinhos. A nossa Comissão de Transportes, a nossa Comissão de obras, que eu presido, está encaminhando ofício também à Assembléia Legislativa de Santa Catarina, aos Deputados catarinenses que estão acompanhando de perto a tragédia, nos colocando também à disposição, e enviando condolências e a nossa solidariedade.

Srs. Deputados, o fato é que nos momentos de dor, os cidadãos paranaenses demonstram a sua solidariedade e a sua compaixão. Isso nos comove e é motivo de registro, aqui na Assembléia. O Paraná é realmente um estado solidário. E prestando atenção hoje, nesta quinta-feira, no pronunciamento do Sr. Presidente, eu o parabenizo pela manifestação, mas também me preocupo porque precisamos saber se o estado do Paraná também corre o mesmo risco que o estado de Santa Catarina está sofrendo. Acho que é importante nós também ficarmos alertas com relação

a isso. E é por isso que gostaria de deixar então o registro, aqui na Assembléia, como Líder do PPS, como Parlamentar, o registro da solidariedade do povo paranaense para com os nossos irmãos catarinenses.

Quero aproveitar os próximos cinco minutos para falar também sobre outro assunto, sobre um projeto de resolução que estou encaminhando à Mesa que acho que é de grande importância para o avanço, principalmente da transparência no estado do Paraná. Estou encaminhando um projeto de resolução pedindo para que todos os requerimentos, os pedidos de resolução pedindo para que todos os requerimentos, os pedidos de informação, formulados pelos Parlamentares paranaenses, não precisem mais da aprovação do Plenário, requerimentos que sejam destinados às Secretárias de Estado e ao Poder Executivo. E falo porque, na minha opinião, um Parlamentar quando é eleito, legitimamente pelo voto popular, pelos cidadãos paranaenses, ele é eleito com a prerrogativa de fiscalização. E quando chega à Assembléia Legislativa, ele precisa obter uma informação de uma Secretaria de Estado ou do Poder Executivo, diretamente do Governador, na minha opinião ele não precisaria necessariamente passar, inclusive, por uma votação de Plenário para pedir algo que lhe é legítimo, que lhe é assegurado.

E principalmente depois da decisão da Juíza Rosene, porque fizemos aqui o que acontece na prática, para as pessoas que estão nos assistindo e nos acompanhando, se eu preciso de uma informação da Secretaria da Saúde, da Secretaria da Segurança, como é o caso do IML, do problema dos policiais civis, dos policiais militares queríamos saber do efetivo, enfim, qualquer informação envolvendo uma Secretária de Estado, temos que encaminhar como requerimento à Mesa Executiva e tem que ser votado por todos os Parlamentares. Muitas vezes são informações tão necessárias e simples, que acabamos perdendo votações, devido a questões partidárias e políticas.

As informações que não obtivemos através de requerimentos, devido à perda na votação no plenário, requisitamos através da Justiça. A Juíza Dra. Rosene de Cristo Pereira, judicialmente se manifestou, através de um mandado de segurança, dizendo que é direito legítimo de obter certidões, documentos, afetos à Administração Pública, direito fundamental, principalmente de um Parlamentar. Qualquer cidadão tem direito de buscar essas informações.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PPS/PMN

Um fiscal do povo, um Deputado Estadual, tem como prerrogativa de serviço de um Deputado. Por isso que estou encaminhando esse projeto, com embasamento legal, porque só consta no nosso Regimento esta exigência. A Constituição Federal nos assegura esse direito. Gostaria também que fosse adotado pela Assembléia Legislativa do Paraná, para começar 2009 com

transparência, para que qualquer Deputado paranaense pudesse receber a informação precisa, na hora, sem precisar passar pelo Plenário, quando se fizer um questionamento à Secretária de Estado.

Concedo um aparte ao Deputado Péricles.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Deputado, V. Exa. pode contar com o meu apoio nesse projeto. Quero me associar solidariamente a V. Exa.

Fui Oposição a maior parte da minha vida política. Fui Vereador em Ponta Grossa seis anos. Depois fui seis anos Deputado de Oposição. É um absurdo que um Parlamentar tenha que apresentar um requerimento para ser aprovado por seus Pares. Acho que é um direito do cidadão brasileiro e muito mais de um Parlamentar, que representa milhares de cidadãos.

Quando fui Prefeito de Ponta Grossa, em função da experiência que tive antes, eu mesmo propus à Câmara Municipal que qualquer Vereador poderia solicitar a informação que quisesse ao Executivo, sem passar pelo Plenário da Câmara de Ponta Grossa. Acho que isso é um princípio da democracia e é um direito constitucional.

Concordo totalmente e assino o projeto junto com o senhor. Tenha o meu voto.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Muito obrigado, Deputado Péricles.

Também acredito que o próximo ano será muito bom para o Parlamento e para a Assembléia, com as conquistas que obtivemos com a TV SINAL, através do nosso painel. A transparência que se aplica na Assembléia Legislativa, através da nossa Mesa Executiva, é digna de aplauso. Vamos avançar ainda mais.

Estou feliz também pela união dos Parlamentares dos Campos Gerais. Essa é uma grande conquista para a nossa cidade de Ponta Grossa. Vamos fazer as reivindicações diretamente ao Governador, agora, ainda antes do almoço e vamos cobrar, sim. Tenho personalidade forte, todo mundo me conhece. As cobranças serão feitas assim, pessoalmente. Vou poder conhecer o Palácio do Sr. Governador dentro de instantes. Acredito que poderemos voltar à Ponta Grossa com boas notícias para o nosso povo.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado a todos os nossos Pares.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 201/08, de autoria dos Deputados Luiz Eduardo Cheida e Teruo Kato, que dispõem sobre a recuperação e ao manejo sustentável da reserva legal no estado do Paraná. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 201/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Dispõe sobre a recuperação e o manejo sustentável das áreas de reserva legal no estado do Paraná, instituindo a Reserva Legal Sustentável - RLS.

§ 1º O presente dispositivo legal visa estabelecer as diretrizes para o pleno cumprimento da Lei Federal nº 4771, de 15/09/65, com redação dada pela Medida Provisória nº 2166 de 24/08/01, em seu artigo 16, parágrafos 2º e 3º, que institui o manejo sustentável das áreas de reserva legal no território do Estado do Paraná.

§ 2º As regras previstas na presente lei pretendem garantir aos proprietários e aos possuidores rurais o manejo sustentável das áreas de reserva legal, em regime de condomínio ou não, as quais deverão obrigatoriamente estar averbadas conforme normas do SISLEG - Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente.

§ 3º Quando comprovado ganho ambiental a localização da reserva legal já averbada, poderá sofrer alterações. As alterações propostas deverão ser apresentadas em projeto técnico junto ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, que emitirá autorização para as alterações.

Art. 2º O manejo sustentável deve permitir o uso da propriedade em consonância com os princípios de sustentabilidade, os quais permitem sua utilização econômica sem, no entanto, deixar de respeitar os parâmetros técnicos e científicos capazes de preservar e de conservar o meio ambiente, permitindo a manutenção e a reabilitação de processos ecológicos.

Art. 3º É vedado o corte raso nas áreas de reserva legal bem como a utilização de espécies exóticas invasoras. (estabelecidas pela lista oficial do estado do Paraná) nestas áreas.

§ 1º Devem ser respeitadas todas as demais restrições previstas na Lei Federal nº 11428, de 22/12/06, notadamente no que tange à vedação da utilização de remanescentes florestais da Mata Atlântica.

§ 2º Entende-se por remanescentes florestais da mata atlântica as áreas em estágio médio e avançada de recuperação antes da promulgação da Lei Federal nº 11428, de 22/12/06.

§ 3º Nas propriedades rurais em que as áreas de reserva legal estejam cobertas como florestas nativas, em estágio avançado de preservação, resta proibido o

consórcio com espécies vegetais exóticas, ficando permitidas apenas as atividades previstas no parágrafo 1º do artigo 4º da presente lei.

Art. 4º O Estado do Paraná poderá estabelecer políticas para a compensação e a criação de condomínios para a constituição da reserva legal levando-se em consideração os seguintes critérios:

I - estabelecer os critérios técnicos para a compensação em áreas fora da mesma microbacia hidrográfica, conforme disposto no artigo 44, inciso III, parágrafos 4º e 5º do Código Florestal;

II - considerar a criação e a recuperação dos corredores de biodiversidade;

III - que as áreas a compensar e as para constituição de condomínios de reserva legal estejam contíguas a outras áreas de APP, parques ecológicos ou reservas florestais;

IV - permitir a compensação da reserva legal, pelos pequenos proprietários rurais, assim compreendidos de acordo com o INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em áreas na mesma bacia hidrográfica;

V - a compensação de reserva legal poderá ser efetuada em áreas degradadas, a recuperar, mediante projeto técnico aprovado pelo IAP.

Art. 5º A regulamentação por parte do IAP deverá abranger a utilização de espécies nativas e exóticas, desde que não invasoras e, no mínimo, as seguintes atividades de manejo sustentável:

§ 1º Em áreas de reserva legal já devidamente preservadas.

I - Plantas medicinais com propriedades terapêuticas comprovadas;

II - Alimentos vegetais silvestres mais explorados no Paraná, como pinhão;

III - Materiais silvestres mais utilizados em artesanatos;

IV - Espécies produtoras de óleos, resinas e gomas;

V - Coletas de semestres nativas;

VI - Apicultura;

VII - Sistemas agroflorestais, como a erva-mate;

VIII - Turismo rural ou ecoturismo;

IX - Utilização de material lenhoso de árvores mortas unicamente para fins artesanais - observando-se as autorizações específicas dos órgãos ambientais;

X - Corte seletivo de árvores, mediante projeto técnico aprovado no IAP.

§ 2º Em propriedades que não possuem áreas preservadas para fins de reserva legal, os proprietários ou os possuidores poderão constitui-las com espécies pioneiras com potencial calorífico, como a bracatinga; com a utilização de espécies exóticas, desde que não invasoras, consorciadas ou intercaladas com espécies nativas, por até um ciclo econômico, além das formas previstas nos incisos do parágrafo anterior. A forma como o cultivo intercalar ou consorciado será efetivado poderá ser regulamentado pelo Poder Executivo.

Art. 6º No intuito de subsidiar futuras ações de manejo sustentável nas áreas de reserva legal, os proprietários e possuidores rurais deverão ser estimulados a conhecer os recursos florestais existentes em sua fitorregião florestal, por intermédio de inventário da comunidade vegetal e de educação ambiental.

Parágrafo Único. Os órgãos públicos estaduais competentes deverão cumprir o *caput* deste artigo, quando da efetivação das suas atividades de fomento e apoio técnico.

Art. 7º O Poder Executivo do Estado do Paraná poderá estabelecer políticas públicas para que os produtos oriundos da reserva legal sustentável tenham valor agregado e alcancem os melhores retornos econômicos possíveis, viabilizando a manutenção destes sistemas racionais de produção.

Parágrafo Único. O Poder Executivo providenciará a criação de um selo identificando os produtos de que trata o *caput*; elaborará campanhas publicitária; e fará o uso de outros meios como feiras, concursos e cessão de espaços públicos para a plena execução do presente artigo.

Art. 8º Nas pequenas propriedades rurais, assim compreendidas de acordo com o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, para o cumprimento da manutenção ou da compensação da área de reserva legal poderão ser computados os plantios de árvores frutíferas, ornamentais ou industriais compostos por espécies exóticas, desde que não sejam exóticas invasoras, em sistema intercalar ou em consórcio com espécies nativas.

Art 9º O Poder Executivo terá 120 (cento e vinte) dias para dispor acerca dos critérios técnicos e científicos que irão regulamentar a presente lei.

§ 1º Para a execução do disposto no *caput* do presente artigo poderão participar a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SAB, a empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER e o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, bem como deverá ser ouvido o grupo constituído pela Resolução Conjunta nº 003/08 - SEAB/SEMA de 16/01/08.

§2º O Estado do Paraná poderá promover convênios com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, em especial a EMPBRAPA - Florestas, e com as instituições de Ensino Superior Federal e Estadual para a regulamentação e o cumprimento da presente lei.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25/11/08.

(aa) TERUO KATO - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 465/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Fundação Cândido Garcia, com sede e foro no município de Umuarama. **Aprovado.**

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 180/08, de autoria do Deputado Elio Rusch, que dispõe sobre a comunicação de vencimento da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) pelo DETRAN/PR. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda da CCJ.**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 428/08, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, que institui o reconhecimento de utilidade pública estadual a Comunidade Solidária da Amizade - CONSOL, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 317/08, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que altera os dispositivos que especifica, da Lei Complementar nº 119, de 31/05/07, que institui o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social - SEHIS, e cria o Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social - FEHIRS. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC E CF. **Aprovado por unanimidade, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 864/07, de autoria dos Deputados Elton Welter e Péricles de Mello, que institui normas de responsabilidade educacional no estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. COM EMENDA DA CCJ. **(Publ. no DA nº 166, de 17/12/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 864/07

P A R E C E R :

A proposição sob análise, de autoria dos Deputados Elton Welter e Péricles de Mello institui normas de responsabilidade educacional no estado do Paraná.

Em síntese, a norma estabelece regras que obrigam os entes a fixarem metas para o desenvolvimento da Educação.

Torna obrigatória a inclusão de anexos às Leis Orçamentárias tratando da Educação, detalhando programas, projetos e ações.

Torna obrigatória também a elaboração do mapa educacional que evidenciará o real quadro da Educação no estado.

A proposição obriga a realização de audiências públicas de prestação de contas, criação de Fórum para acompanhamento das ações, dentre outras medidas.

Se aprovada, a lei criará parcerias entre o Governo Estadual, Governos Municipais, Conselho Estadual de Educação e entidades da sociedade para viabilizar as ações.

Em nosso entendimento, a proposição está dentro da competência do estado para legislar e não fere a competência privativa do Chefe do Executivo para iniciar a lei sobre a matéria.

Preocupa-nos o fato de não existir medida que penalize os Agentes Públicos que não cumprirem as metas estabelecidas nas Leis Orçamentárias e as demais medidas exigidas por esta lei.

Neste sentido propomos emenda para determinar que o não cumprimento da norma e, principalmente, das metas estabelecidas, caracteriza ato de improbidade administrativa com as sanções cabíveis.

Para assegurar a efetividade dos objetivos da lei propomos emenda aditiva estabelecendo as sanções pelo descumprimento da norma.

A emenda apresentada apenas reafirma o contido no artigo 11 da Lei nº 8429/92 que considera ato de improbidade o desrespeito aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública, em especial o da legalidade.

O parecer é pela tramitação da proposição com a emenda apresentada pois está dentro dos limites e prerrogativas da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Comissões, em 18/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 864/08

Adite-se ao projeto de lei artigo com o seguinte teor:

“Art. ...O descumprimento ao disposto nesta lei, bem como o não cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual, Lei e Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual no tocante à área de Educação, caracteriza ato de improbidade administrativa por parte do Chefe do Executivo e Agente Político responsável pela área de Educação em cada ente, nos termos da Lei Federal 8429/92.

Sala das Comissões, em 18/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
ESPORTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 864/08

P A R E C E R :

Relatório

O desenvolvimento do estado passa por aplicar um amplo processo educacional. Para tornar eficaz esta ação é necessário haver integração entre os participantes deste processo e respeitar a responsabilidade de cada envolvido, bem como, proporcionar o diálogo entre as partes possibilitando a execução adequada do programa cumprindo as metas estabelecidas.

Parecer do Relator

Este projeto possibilita aprimorar o processo democrático e contribui na elevação da qualidade do ensino no estado do Paraná.

Considerando estes o parecer é favorável e pede-se pela aprovação.

Sala das Comissões, em 31/03/08.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente

TERUO KATO - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 218/08, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que altera o artigo 1º da Lei nº 11229/95. (Utilidade Pública). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 055, de 21/05/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 218/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Jocelito Canto, tem por objetivo alterar a Lei nº 11229/95, que declarou de utilidade pública a Casa da Terceira Idade Mãe Dulce, com sede e foro em Ponta Grossa, visando alterar o nome da entidade para Casa da Terceira Idade de Santa Paula.

Fundamentação

Inicialmente, acerca da legitimidade podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes. Conforme dispõe a Constituição Estadual, compete a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa a iniciativa de Lei Ordinária:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Com relação à técnica legislativa, o presente projeto de lei se mostra adequado ao disposto na Lei Complementar nº 095/98.

Por fim, no que tange à Constitucionalidade o presente projeto encontra-se em perfeito acordo com o disposto nas Constituições Federal e Estadual.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 464/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Associação dos Trabalhadores Rurais do Vale do Ivaí de Icaraíma - ASTRUVALE, com sede e foro no município de Icaraíma. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 129, de 03/11/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 464/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Trabalhadores Rurais do Vale do Ivaí de Icaraíma - ASTRUVALE, com sede e foro no município de Icaraíma.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 25/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 491/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública o CISVIR - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ivaí e região, com sede e foro na comarca de Apucarana. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 135, de 12/11/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 491/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, tem por objetivo declarar de utilidade pública o CISVIR - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ivaí e região, com sede e foro no município de Apucarana.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 25/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

Sobre o referido projeto, Requerimento de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 864/07.

Antes de encerrar a Sessão, apenas dois registros: teremos na segunda-feira eleição da Mesa durante o Grande Expediente. A Sessão será normal e faremos a eleição durante o Grande Expediente.

Amanhã às 10h, sexta-feira, haverá uma Sessão Solene de outorga de Título de Cidadã Honorária à Ministra do Supremo Tribunal Federal, Ellen Gracie, por proposição da Deputada Cida Borghetti. Estão todos convidados.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão marcando outra para segunda-feira, dia 1º de dezembro, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 370/08.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 218, 464 e 491/08.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 719/07; e 162, 226 e 492/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 0256/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8980, datado de 14/10/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, SUZELMA REGINA DE SOUZA OLIVEIRA, matrícula nº 1044, de 15 (quinze) dias, a partir de 29/09/08 com término em 14/10/08. CID. 10 C 84.5.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21/10/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0257/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6704, datado de 23/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar a disposição do funcionário JOÃO BATISTA LOPES DOS SANTOS, matrícula nº 40784, conforme Ofício nº 089/07, ao Governo do Estado, para prestar serviços junto à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, no período de 01/01/07 a 31/12/08, sem ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21/10/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0258/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7979, datado de 08/08/07, deste Poder,

R E S O L V E :

revogar a Portaria nº 182/07, publicada no Diário da Assembléia nº 108, do dia 10/09/07, que concedeu licença especial de três meses à funcionária DIRCE CARVALHO SILVA.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21/10/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0259/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em

vista o que consta do processo protocolado sob nº 7979, datado de 08/08/07, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de DIRCE CARVALHO SILVA, matrícula nº 40457, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo Técnico Administrativo, com lotação na Coordenadoria de Expediente e Arquivo, 06 (seis) meses relativo ao dobro de uma licença especial a que tem direito, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21/12/92 e 21/12/97, nos termos do artigo 248 da Lei Estadual nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21/10/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 282/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10512, datado de 19/11/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, JOSÉ ROBERVAL MOREIRA, matrícula nº 7681, de 15 (quinze) dias, a partir de 14/11/08 com término em 29/11/08, CID. 10 M54.5.

Gabinete da Diretoria Geral, 20/11/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 286/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10336, datado de 18/11/08, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar incorporar em favor de LESLIE BELQUIS LASPERG DE PAULA, matrícula nº 40514, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NBB-03, lotada no Gabinete Parlamentar do Deputado Estadual Plauto Miró, o tempo de 06 anos, 10 meses e 05 dias, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão de Tempo de Contribuição do INSS, em anexo, nos termos do artigo 201 e parágrafo 9º, da Constituição Federal, em que trabalhou na Serge-Asseio e Conservação Ltda., no período de 01/11/78 a 12/07/79 (08 meses e 12 dias); na X-Leme Serviço de Radiologia Clínica Ltda., de 01/04/71 a 01/04/72 (01 ano e 01 dia); na Móveis Kasstrup S/A., de 25/04/72 a 11/08/72 (03 meses e 17 dias); na Audi S/A Promotora de Vendas, de 24/10/72 a

13/03/73 (4 meses e 20 dias); na Schause e Cia., de 21/03/73 a 17/12/74 (01 ano, 08 meses e 27 dias); na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, de 13/07/79 a 30/03/82 (02 anos, 08 meses e 18 dias).

Gabinete da Diretoria Geral, 25/11/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0287/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 6789, datado de 29/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar averbar na ficha funcional de CELSO DIRCEU DA PAZ, matrícula nº 40170, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Operador, nível NTC-04, o tempo total de 04 anos e 09 meses, já descontado o tempo em paralelo, relativo a:

1 - contagem conforme Certidão de Tempo de Contribuição do INSS e Declaração da Secretaria de Estado da Educação, em anexo, o tempo de 02 anos, 08 meses e 20 dias, para todos os efeitos legais, em que prestou serviços no Paraná Secretaria de Estado da Educação, período compreendido entre 11/05/82 a 28/02/85, nos termos do artigo 129, da Lei Estadual nº 6174/70; e

2 - contagem do tempo de 01 ano, 11 meses e 10 dias, conforme Certidão do INSS, para efeito de aposentadoria, nos termos do artigo 201 e parágrafo 9º, da Constituição Federal, referente aos períodos de 03/12/75 a 01/07/76 (06 meses e 29 dias) em que trabalhou na Companhia Paranaense de Energia; de 01/08/72 a 11/12/73 (01 ano, 4 meses e 11 dias) em que trabalhou na Administração Incorporação de Imóveis Consani.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25/11/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0289/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 4664, datado de 30/05/06, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para efeito de aposentadoria, na ficha funcional de ODILON SANTOS, matrícula nº 40150, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, lotado na Diretoria Geral, ocupante do cargo de Barbeiro, nível NBB-06, os tempos constantes na Certidão de Tempo de Contribuição do INSS, em que prestou serviços a: ORBRAM Organização e Brambilla Ltda, por 01 (um) mês e 06 (seis) dias, período de 20/07/81 a 25/08/81; Nacional Limpeza e Conservação SD Ltda, por 01 (um) ano, período de

01/09/81 a 30/08/82; Construtora Comercial e Industrial, por 05 (cinco) meses e 16 (dezesseis) dias, período de 01/09/69 a 16/02/70, num total de 01 (um) ano, 06 (seis) meses e 22 (vinte e dois) dias, conforme dispõe o parágrafo 9º, do artigo 201, da Constituição Federal; mais 10 (dez) anos 08 (oito) meses e 29 (vinte e nove) dias, período de 01/08/70 a 30/04/81, prestados à Construção Sulbras Ltda, contados a partir de sua Carteira de Trabalho, nos termos do artigo 4º, da Emenda Constitucional nº 020/98; e mais 03 (três) anos, 01 (um) mês e 13 (treze) dias, de acordo com a Certidão de Tempo de Serviço fornecida pelo INSS, período de 19/01/53 a 19/03/56, pelo mesmo artigo 4º da Emenda Constitucional nº 020/98, totalizando 15 (quinze) anos, 05 (cinco) meses e 13 (treze) dias, contados para efeito de aposentadoria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27/11/08

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0290/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 10605, datado de 20/11/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder à funcionária ROSELI TEREZINHA TALAZ AIOLFI, matrícula 40887, condição especial de retorno ao trabalho, a partir de 17/11/08, com duração de 04 (quatro) horas diárias em vista que a mesma estava de licença médica por CID 10 F 32.3 e F 43.2.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27/11/08

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Portarias DAT

PORTARIA Nº 0288/08 - DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 15750 de 27/12/07,

R E S O L V E :

ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Aprovado pela Lei nº 15750 de 27/12/07, nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
31901300	2000	100	250.000,00
31909200	2000	100	350.000,00
33903097	2000	100	100.000,00

33903700	2000	100	190.000,00
33903917	2000	100	1.500.000,00
31900100	9000	100	5.300.000,00
31900300	9000	100	1.120.000,00
			8.810.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA

Código	P/A	Fonte	Valor
31901100	2000	100	8.810.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, em 24/11/08.
(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto:
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

PORTARIA Nº 0283/08 - DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo

com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 15750 de 27/12/07.

R E S O L V E :

ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Aprovado pela Lei nº 15750 de 27/12/07, nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA

Código	P/A	Fonte	Valor
33903908	2000	100	103.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
33903909	2000	100	103.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, em 20/11/08.
(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto:
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

